



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

FERNANDA DIAS CARNEIRO

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA DONATO DE ARAÚJO NA CIDADE DE MARABÁ – PA.

Marabá - PA
Dezembro de 2014



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

FERNANDA DIAS CARNEIRO

O ENSINO DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL TEREZA DONATO DE ARAÚJO NA CIDADE DE MARABÁ – PA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como requisito à obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues
(Unifesspa)

Marabá - PA
Dezembro de 2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Josineide Tavares, Marabá-PA)

Carneiro, Fernanda Dias.

O ensino de Geografia na modalidade de educação de jovens e adultos na Escola Estadual Tereza Donato de Araújo na cidade de Marabá- Pa. / Fernanda Dias Carneiro; Orientador, Marcos Mascarenhas. – 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Unifesspa, Faculdade de Geografia, 2014.

1. Educação de Adultos. 2. Jovens – Educação. 3. Geografia –Estudo e ensino (Ensino médio). 4. Ensino de segundo grau. I. Título.

CDD - 22 ed.: 374



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA

FERNANDA DIAS CARNEIRO

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA TEREZA DONATO DE ARAÚJO
NA CIDADE DE MARABÁ – PA.**

Prof. Me. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues (Orientador)

Prof. Me. Marcos Vinícius Mariano de Souza – FG/Unifesspa

Prof. Me. Abraão Levi dos Santos Mascarenhas – FG/Unifesspa

Ao meu amado esposo Odivaldo de Oliveira Carneiro (Carneirinho) pela paciência, amor e compreensão durante esses anos, a minhas filhas Maria Eduarda e Maria Clara por suportar por diversas vezes a minha ausência e nunca deixar eu desistir. O meu muito obrigada e eterno é o meu amor por vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus toda honra e toda glória e por não me deixar desistir nos momentos mais difíceis. Obrigada Senhor por tudo que tens feito em minha vida!

Aos meus queridos pais Maria Imaculada e Sebastião, que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos e por terem dedicado a suas vidas na criação da família, minha eterna gratidão! Amo vocês!

Aos meus queridos irmãos (Flávio, Cristina, Geraldo, Cláudia, Adailton e Patrícia) que ainda não tiveram a oportunidade de fazerem uma graduação, mas que sirva de exemplo e estímulo para correrem atrás do tempo perdido! Amo vocês!

Ao meu amado esposo, Odivaldo Carneiro (Carneirinho), pelo apoio e incentivo constante. Meu amor, meu companheiro!

As minhas princesinhas Maria Eduarda e Maria Clara pelo amor sempre! Minha razão de viver!

A minha amada sobrinha Stefania que me incentivou a fazer este curso e a não desistir nos momentos de desânimo! Amo você!

Aos professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pela contribuição no meu desenvolvimento científico durante o curso. Muito obrigada por tudo!

Ao meu orientador professor Marcos Mascarenhas pelo apoio na conclusão desse trabalho. Muito obrigada!

Aos colegas de sala de aula do curso de Geografia, por todos os momentos difíceis e incríveis que passamos juntos! Em especial a minha “panelinha”: Deiane, Camila, Mayra, Flavinha e Bruno, vocês são muito especiais e estarão para sempre em meu coração e em minhas lembranças!

Aos colegas de trabalho em especial a minha diretora prof^a Katia Maria por compreender e permitir a minha ausência em vários momentos. Muito obrigada!

Em especial a minha amiga Camilinha (Camila Garcia), com um coração imenso e sempre disposta a ajudar nas horas mais difíceis, a minha eterna gratidão! Sua ajuda foi fundamental na realização desse projeto!

Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram e me apoiaram para que esta etapa fosse vencida. Muito obrigada!

“Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as
contradições, comprometendo –se com esse mundo para recriá-lo constantemente.”
(GADOTTI, 1984)

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada na Escola Estadual Profª Tereza Donato de Araújo, localizada no Núcleo Cidade Nova, no município de Marabá/PA, a qual é uma referência na cidade por trabalhar com a Modalidade de Ensino Médio Semipresencial na Educação de Jovens e Adultos, atendendo apenas jovens e adultos que não conseguiram finalizar o ciclo escolar em idade adequada. Assim, o principal objetivo desse trabalho é analisar como a disciplina de Geografia nas suas dimensões do processo de ensino e aprendizagem pode contribuir na formação do educando da EJA enquanto cidadão. Durante a elaboração dessa pesquisa, foi realizado um levantamento teórico com o intuito de compreender o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, através dos documentos oficiais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução Estadual e o Projeto Político Pedagógico da escola em estudo, bem como renomados autores que desenvolvem pesquisas nessa área da educação. Após o levantamento bibliográfico da temática em questão houve a elaboração e aplicação de um questionário aos professores que lecionam a disciplina de Geografia na Escola Estadual Profª Tereza Donato de Araújo, buscando compreender a importância do ensino de Geografia na formação dos alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos enquanto cidadãos. Nesse sentido, chegou-se a conclusão de que a disciplina de Geografia contribui na formação dos alunos da EJA enquanto indivíduos integrantes e participantes da sociedade, possibilitando conteúdos que os levem à reflexão e a compreensão do meio em que vivem, colaborando para o desenvolvimento de cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

ABSTRACT

This paper is the result of research conducted in the State School Prof^a Tereza Donato de Araújo, located in the Cidade Nova Core in the city of Marabá/PA, which is a local referral for Youth and Adult Education (EJA) in the semipresential high school modality for dropout students. Thus, the main objective of this paper is to analyze how the Geography in size of the teaching and learning process can contribute to the education of your student as a citizen. During the preparation of this research was conducted a theoretical survey in order to understand the historical process of the youth and adult education in Brazil, through official documents such as the Constitution, the Law of Guidelines and Bases of National Education, the State Resolution and the Pedagogical Political Project of the school under study, as well as renowned authors who develop research in this area. After the bibliographical survey of the subject in question was developed and applied a questionnaire to Geography teachers at the State School Prof^a Tereza Donato de Araújo, trying to understand the importance of geography education in the training of students as citizens. In this sense, it was concluded that the Geography discipline contributes to the training of EJA students as society participants and members, enabling content that lead to reflection and understanding of the environment they live in, contributing to the development of critical and active citizens in society.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CFE - Conselho Federal de Educação

CPC - Centros Populares de Cultura

CPCTAL - Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNDAÇÃO EDUCAR - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCP - Movimento de Cultura Popular

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

ONU - Organização das Nações Unidas

PAS - Programa de Alfabetização Solidária

PBA - Programa Brasil Alfabetização

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNE - Plano Nacional de Educação

SEA - Serviço de Educação de Adultos do MEC

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. UMA INTRODUÇÃO AO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL.....	16
1.1 AS CAMPANHAS E AS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS PARA ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS	17
2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA	25
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A RESOLUÇÃO ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ.....	33
2.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL PROFª TEREZA DONATO DE ARAÚJO	35
3. REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA	38
3.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	40
3.2 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NA EJA	45
4. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA PROFª TEREZA DONATO DE ARAÚJO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICE	65

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma fração da educação brasileira representada por indivíduos que em idade convencional não tiveram a oportunidade de ingresso e permanência no ambiente escolar, possibilitando a esses indivíduos a retomada de seus estudos com o objetivo de recuperar o tempo em que estiveram distantes da escola.

Essa modalidade de ensino foi vista por muitos anos como uma forma de suprir as necessidades daqueles que não puderam estudar em idade adequada no ensino regular e sanar deficiências da educação brasileira em uma parte da sociedade que reflete em diferenças sociais.

No Brasil, desde a década de 1940 houve uma série de movimentos e campanhas educacionais com o intuito de mudar os altos índices de analfabetismo que assolavam o país. Dentro desse contexto é pensada a Educação de Jovens e Adultos, a partir de suas particularidades e singularidades (SANTOS, 2013).

A educação é um direito de todos, assegurada no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, sendo um processo histórico que possibilita a formação dos indivíduos como cidadãos críticos, permitindo a construção e a modificação da sociedade. Nesse sentido, a inserção de jovens e adultos no ambiente escolar, constitui-se uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento pessoal e social desses indivíduos, permitindo conhecer melhor as especificidades do seu ambiente vivido (BRASIL, 1988).

Pensar a Educação de Jovens e Adultos nos dias atuais deve-se priorizar políticas e propostas educacionais que vão além do processo de alfabetização, uma vez que, a prioridade dessa modalidade de ensino está em alfabetizar as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudo em idade adequada. No entanto, os indivíduos que estão inseridos nesse processo apresentam conhecimentos adquiridos ao longo de suas experiências diárias e que não podem ser desprezados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu Art. 4º, assegura o ensino escolar obrigatório e gratuito aos indivíduos que não tiveram acesso à educação na idade própria, confirmando o que está previsto no Art. 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, observa-se que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e direcionada as pessoas que em idade adequada não conseguiram concluir o seu ciclo escolar. Dessa forma, a escolarização desses indivíduos deve ser realizada, independente da posição política, ideológica, social, cultural ou religiosa.

A disciplina de Geografia é um importante componente curricular da educação básica. Na Educação de Jovens e Adultos o ensino de Geografia tem um papel fundamental, uma vez que possibilita aos alunos uma visão crítica da realidade em que vivem e do meio que habitam.

A problemática desse trabalho consistiu em responder o seguinte questionamento: qual a contribuição do ensino de Geografia para a formação do aluno na Educação de Jovens e Adultos? A disciplina de Geografia é um importante componente curricular no processo de ensino-aprendizagem por abordar temáticas cotidianas, possibilitando ao educando o despertar do seu senso crítico, levando-o a compreender, instigar e tornar realidade a cidadania, o bem estar que é ansiado pelos diferentes grupos sociais que criam e recriam o espaço geográfico.

Neste contexto, a cidadania é entendida como os direitos civis, a participação política e social de cada indivíduo que atua na sociedade. O cidadão exerce sua cidadania ao usufruir de seus direitos, direito à moradia, à alimentação, à escola, à segurança, à proteção contra a friagem, a chuva, as intempéries, direito ao mercado de trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 1993).

Segundo Cavalcanti (2002) o ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania por meio da construção de conhecimentos, valores e ações que cooperem para que os jovens e adultos possam compreender o mundo em que vivem e atuam. Dentro dessa perspectiva, observa-se que a cidadania está intimamente ligada à sociedade civil e as formas pelas quais ela se apropria do espaço geográfico. Nesse sentido, o aluno enquanto cidadão precisa reconhecer a necessidade de vivenciar seu espaço conscientemente como sujeito integrante do mesmo. Assim, os conteúdos de Geografia fornecem condições e subsídios para que os educandos conheçam as relações sociais da sua comunidade e atuem como cidadãos cientes das interações e transformações demandadas na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar como a disciplina de Geografia pode contribuir na formação do aluno da Educação de Jovens e Adultos enquanto cidadão. E os objetivos específicos: analisar como é pensado a Educação de Jovens e Adultos nos documentos oficiais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Legislação Estadual e o Projeto Político Pedagógico); compreender como se desenvolve o ensino de Geografia na Escola Tereza Donato de Araújo; verificar como os docentes dessa disciplina trabalham os conteúdos envolvendo a realidade e as experiências de vida do aluno.

A Escola Tereza Donato de Araújo está localizada no Núcleo Cidade Nova, na cidade de Marabá-PA, onde desde 1996 trabalha com a educação de jovens e adultos. É uma escola

referência na cidade de Marabá-PA, por ser a única instituição de ensino médio a atender a Educação de Jovens e Adultos na modalidade semipresencial. O público atendido por esta escola são indivíduos que não tiveram a oportunidade de ingressar e permanecer no ambiente escolar na idade adequada.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, o município de Marabá possui, na zona urbana, vinte e seis escolas que trabalham com a Educação de Jovens e Adultos, sendo que estas instituições atendem apenas o ensino fundamental, uma vez que, este nível da educação básica é de responsabilidade do município (PREFEITURA DE MARABÁ, 2014).

Nesse cenário, o ensino médio é atendido pelo Governo do Estado, e a Escola Profª Tereza Donato da Araújo é a instituição na cidade de Marabá que atende apenas a Educação de Jovens e Adultos a nível médio.

A realização dessa pesquisa é de fundamental importância para a educação, pois possibilita ampliar os conhecimentos entorno dessa temática, visto que, em se tratando do tema educação de jovens e adultos sempre haverá a necessidade de estudos e pesquisas com o intuito de suprir as carências ainda existentes nessa área. Compreender essa modalidade de ensino não é tarefa fácil, principalmente pelas particularidades e singularidades demandadas nesse processo de ensino e aprendizagem.

Para a realização dessa pesquisa, primeiramente, priorizou-se uma revisão bibliográfica a partir de autores que discutem e desenvolvem trabalhos nessa área da educação, tais como: Gadotti (2011), Oliveira (2005), Callai (2001), Cavalcanti (2002), Almeida (1991), Antunes (2012), Andrade (1993), Carvalho (2013), Kaercher (2010), entre outros.

Em seguida houve a aplicação de um questionário para os professores da disciplina Geografia da Escola Tereza Donato de Araújo. As questões foram subjetivas e semiestruturadas, de forma a subsidiar os questionamentos sobre o ensino de geografia na educação de jovens e adultos, verificando qual o papel da geografia nessa modalidade de ensino, bem como se as metodologias utilizadas no ensino de geografia são adequadas para essa modalidade de ensino.

Assim, este trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda uma introdução ao histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, apresentando uma análise histórica em busca de compreender o surgimento dessa modalidade de ensino no Brasil, bem como o contexto atual em que está inserido.

No segundo capítulo, há uma abordagem sobre a Educação de Jovens e Adultos na Legislação Educacional Brasileira, expondo as leis que legitimam essa modalidade de ensino

no Brasil, nas diferentes instâncias: Federal, Estadual e Local. Na instância Federal observa-se a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na instância Estadual é verificado a Resolução Estadual, lei que regulamenta a Educação de Jovens e Adultos no estado do Pará, na instância Local é analisado o Projeto Político Pedagógico da escola considerando se o mesmo está adequado para esta modalidade de ensino.

O terceiro capítulo apresenta a importância do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos, verificando como os conteúdos ministrados nessa disciplina podem contribuir na formação do aluno enquanto cidadão crítico da realidade em que vive.

No quarto e último capítulo a abordagem é realizada a partir das entrevistas realizadas com os docentes de Geografia da Escola Prof^a Tereza Donato de Araújo. Para tanto, houve uma análise qualitativa das informações adquiridas, juntamente com a contribuição de autores que discutem acerca do ensino de Geografia.

1. UMA INTRODUÇÃO AO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

Foi no Brasil Império que se iniciaram algumas Reformas Educacionais que visavam à necessidade de se empregar estudos noturnos para adultos analfabetos (PORCARO, 2012). Carvalho (2013) aponta que em 1910 o direito a ler e escrever segundo as informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos, o que ocasionou a mobilização de grupos sociais em organizar campanhas de alfabetização chamadas de “Ligas”.

De acordo com Carvalho (2010) uma das iniciativas mais importantes na década de 20 em relação à educação de adultos foi resultante da legislação de 1928, no Distrito Federal, uma vez que a reforma educacional de 1928 reorganizou os antigos cursos noturnos para adultos sob nova denominação: “cursos populares noturnos”. Logo de início a educação dos adultos era tratada em conjunto, pois ela era parte da educação popular, pois a difusão da escola elementar incluía as escolas noturnas para adultos que, durante muito tempo, foram à única forma de educação de adultos praticada no país (PAIVA, 1987).

No entanto, de acordo com Soek, Haracemiv, Stoltz (2009) foi a partir da Revolução 1930 que se iniciou o processo de reformulação do papel da esfera pública no Brasil, neste mesmo período a sociedade brasileira vivenciava grandes transformações provenientes do processo de industrialização. Sendo assim, com a divulgação da Constituição de 1934 estabeleceu-se o ensino obrigatório para crianças e adultos, e se consolidou a necessidade de se oferecer educação básica para jovens e adultos, que até então, prevalecia à ideia de que a escola era necessária somente para crianças.

Segundo Porcaro (2012), em 1945 com o fim da ditadura de Vargas, iniciou-se no país um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos. Uma organização de extrema importância foi criada durante esse período a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) solicitando aos países integrantes (entre eles, o Brasil) de se educar os adultos analfabetos. Costa (2009) salienta que a UNESCO teve um papel fundamental na difusão das propostas de educação de jovens e adultos, pois através dela, houve uma criação de programas nacionais de educação de adultos, criando um conceito de educação funcional, que propunha a necessidade de se desenvolver uma metodologia especial para educação de adultos entendida como:

[...] um processo global e integrado, de formação técnica e profissional do adulto - em sua forma inicial - feito em função da vida e das necessidades do trabalho; um processo educativo diversificado, que tem por objetivo converter os alfabetizados

em elementos conscientes e eficazes na produção e no desenvolvimento em geral. Do ponto de vista econômico, a alfabetização funcional tende a dar aos adultos iletrados os recursos pessoais apropriados para trabalhar, produzir e consumir mais e melhor. Do ponto de vista social, a facilitar-lhes sua passagem de uma cultura oral a uma cultura escrita, a contribuir para sua melhoria pessoal e do grupo [...] (COSTA, 2009, p. 66).

Diante desse contexto, novas atenções são direcionadas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil através da criação das Campanhas Nacionais com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos, dando-lhes a oportunidade de uma cultura escrita e de ingressar no mercado de trabalho.

1.1 AS CAMPANHAS E AS PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS PARA ALFABETIZAR JOVENS E ADULTOS

A partir de 1947, o governo lançou a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Neste período surge uma grande discussão em torno do analfabetismo e a educação de adultos no Brasil, sendo que o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Nesta época o adulto analfabeto era visto como um sujeito incapaz e marginal psicológica e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado (CUNHA, 2009 apud PORCARO, 2012).

De acordo com Soares (1996) apud PORCARO (2012), dois motivos foram essenciais para o lançamento dessa 1ª Campanha, o primeiro está relacionado com o período do pós guerra que o mundo vivia, fazendo com que a ONU (Organização das Nações Unidas) fizesse uma série de recomendações aos países, entre estas a de um olhar específico para a educação de adultos. E o segundo motivo, corresponde ao momento em que o país estava finalizando o Estado Novo, o qual trazia um processo de redemocratização, que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país.

Segundo Porcaro (2012) o lançamento dessa 1ª Campanha foi marcada pela a organização do 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos que reuniu representantes de cada Estado para discutir sobre a educação para adultos. Este congresso foi organizado pela a Associação de Professores do Ensino Noturno e o Departamento de Educação.

Após o Congresso, o SEA (Serviço de Educação de Adultos do MEC), elaborou e enviou para os SEAS estaduais várias publicações sobre o tema como: investimento na

educação como solução para problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; a não necessidade de formação específica; a não necessidade de remuneração, devido à valorização do “voluntariado”. Desde então, o país iniciou um processo de mobilização para se discutir sobre a educação de jovens e adultos.

Apesar da Campanha não ter apresentado sucesso, Porcaro (2012) ressalta que de certa forma conseguiu alguns bons resultados no que se refere às discussões sobre o processo de educação de jovens e adultos, superando preconceitos em torno da temática, abrindo um leque de pesquisas e oportunizando que algumas teorias da psicologia fossem desmentindo a ideia de incapacidade de aprendizagem designada ao educando adulto.

Portanto, no final da década de 1950, as críticas à Campanha de Educação de Adultos segundo Soek, Haracemiv, Stoltz (2009), se direcionavam tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. As denúncias eram sobre o caráter superficial do aprendizado, que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e o uso do mesmo material didático para as diferentes regiões do país.

Estas críticas marcaram uma nova fase que se instalou no período dos anos 1950 a início dos anos 1960, convergindo para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo no Brasil, ou seja, surgiu um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cujo principal mentor nesta nova perspectiva de alfabetizar foi o pernambucano Paulo Freire, sendo imprescindível suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos, e o inspirador da Educação Popular. Por Educação Popular, afirma Paiva (1987, p. 46):

Entende-se por educação popular, frequentemente, a educação oferecida a toda a população, aberta a todas as camadas da sociedade. Para tanto, ela deve ser gratuita e universal. Outra concepção da educação popular seria aquela da educação destinada às chamadas “camadas populares” da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós, como ensino “para desvalidos” (grifos do autor).

Portanto, de acordo com Soek, Haracemiv, Stoltz (2009) Paulo Freire tornou-se referência para gerações de alfabetizadores na América Latina e na África, por ter uma proposta pedagógica diferenciada que inspirou diversos programas de alfabetização e de Educação Popular nos anos 60, visando uma perspectiva político-cultural, envolvendo a igreja, partido políticos de esquerda, estudantes e outros setores. Carvalho (2013, p.45) afirma que o pensamento de Paulo Freire foi construído numa prática baseada num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Se antes

o analfabetismo era visto como uma causa da pobreza e da marginalização, agora passava a ser interpretado como um efeito da situação de pobreza gerada por uma desigualdade social.

A educação proposta por Freire não se caracteriza pela transmissão de conhecimentos, como se o processo de ensino e de aprendizagem circulasse em uma rua de mão única. Tomando o alfabetizando como sujeito de sua aprendizagem, ele propunha uma ação educativa que não negasse a cultura, mas que a fosse transformando por meio do diálogo, ancorado no tripé alfabetizador/alfabetizando/objeto do conhecimento (SOEK, HARACEMIV, STOLTZ, 2009, p.13).

Segundo Gadotti (2011), nos anos 1940 a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Enquanto que na década de 1950, a Educação de Adultos era percebida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 1950, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos concebida como uma educação libertadora (conscientizadora), pontificada por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

O Brasil nesse período vivia uma efervescência política da época, que logo seria interrompida, após alguns meses pelo golpe militar. Com um novo reordenamento político que visava proporcionar condições para o desenvolvimento capitalista, a educação básica para jovens e adultos ficou sob a guarda do governo autoritário em 1964, reprimindo os trabalhos envolvidos com a educação popular.

Assim sendo, diversas mudanças ocorreram em consequência do regime autoritário, principalmente no campo das políticas sociais, e, em especial, na educação de adultos, tendo como consequência a repressão de pessoas, o exílio de grupos envolvidos nos trabalhos de educação popular, sendo estes expulsos do país, dentre eles Paulo Freire (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009). Nesse sentido, Paiva (1987, p. 259) afirma que:

Naquele momento a multiplicação dos programas de alfabetização de adultos, secundada pela organização política das massas, aparecia como algo especialmente ameaçador aos grupos elitistas; já não parecia haver mais esperança de conquistar o novo eleitorado – fosse ele criado pela concessão do voto ao analfabeto ou pela alfabetização em massa da população. [...] a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir do início dos anos 60 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para a preservação da ordem capitalista. Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por parte dos tradicionais detentores do poder e a ampliação dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras.

Dentro desse contexto, Soek, Haracemiv, Stoltz (2009) abordam que com o Golpe Militar de 1964, os movimentos de alfabetização foram proibidos e alguns livros utilizados nos programas de alfabetização confiscados por serem classificados como comunistas e manifestar-se como ameaça à ordem instalada pelo poder militar.

Moacir Gadotti (2011) afirma que a educação popular era concebida, até a segunda guerra mundial, como extensão da educação formal para todos, sobretudo para os que não tinham acesso, os menos privilegiados habitantes das periferias urbanas e rurais, atribuindo-se o termo de educação não-formal, a educação vinculada às organizações não-governamentais. Essa compreensão muda, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando fica a cargo do Estado, diferenciando-se da educação de adultos até então proposta, pois passa a ter como objetivo escolarizar ou diminuir os números nas estatísticas de analfabetismo no Brasil.

Paiva (1987) assim como Gadotti (2011), afirmam que até a Segunda Guerra Mundial, a Educação de Adultos no Brasil era integrada à Educação Popular, ou seja, uma educação direcionada para o povo, extensão do ensino elementar. Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que a Educação de Adultos foi concebida como independente do ensino elementar. Neste sentido Paiva (1987) faz um histórico da EJA no Brasil, dividindo-o em três períodos:

1º - de 1946 a 1958 - quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo; 2º - de 1958 a 1964. [...], após realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964. 3º - O MOBREAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBREAL e criou a Fundação Educar. Assim sendo, a Educação de Adultos foi enterrada pela "Nova República" (PAIVA, 1987, p. 220, grifos do autor).

Para melhor entender como o conceito da EJA vem sendo construído, Gadotti (2011) fez uma retrospectiva a partir das Conferências de Educação de Jovens e Adultos. No texto, ele faz uma análise dos principais aspectos discutidos nesses encontros.

Segundo Gadotti (2011) a I Conferência Internacional de Educação de Adultos foi realizada na Dinamarca, em 1949. Nesta reunião a Educação de Adultos foi concebida como uma espécie de educação moral porque foi considerada responsabilidade da escola não ter conseguido formar os seres humanos para a paz, creditavam-se as barbaridades da guerra como fracasso escolar, pois:

Não havia dado conta de formar o homem para a paz. Por isso se fazia necessária uma educação "paralela", cujo objetivo seria contribuir para o respeito aos direitos humanos, e para a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação

continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola. (GADOTTI, 2011, p. 41, grifos do autor).

Assim, a EJA neste momento, tinha como finalidade principal: contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e para a construção da paz.

Na II Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Montreal - Canadá (1963), a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal, permanente e como uma educação de base ou comunitária (GADOTTI, 2011).

De acordo com o autor supracitado, a partir da III Conferência Internacional de Educação de Adultos em Tóquio -1972, a Educação de Adultos volta a ser entendida como suplência da Educação Fundamental, retorna o objetivo de reintroduzir jovens e adultos, principalmente analfabetos, no sistema formal de educação.

A IV Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em Paris, em 1985, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos, onde diversos temas foram abordados como: alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural, educação familiar, educação da mulher, entre outros (GADOTTI, 2011).

O período que ficou conhecido por muitos como o “período de luzes”, revelou para os movimentos de educação e cultura popular momentos difíceis durante o período militar (CARVALHO, 2010). Na década de 1970, desenvolve-se no Brasil o sistema MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) propondo princípios opostos aos do grupo de Paulo Freire. O MOBRAL foi um programa criado pelo governo militar, para dar continuidade ao processo de alfabetização no país, veio com o objetivo de reunir elementos de experiências anteriores, combinados de forma a atender interesses políticos e ideológicos dos militares no poder.

Portanto de forma clara e objetiva o MOBRAL tinha como propósito conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida, ou seja, distanciando a autonomia e a conscientização crítica e transformadora da linha iniciada por Paulo Freire. Segundo Carvalho (2010) os propósitos eram pragmáticos, o governo pretendia formar cidadãos integrados ao novo modelo brasileiro de nação, trabalhadores produtivos e aptos para obter melhores rendimentos, diferentes do que propunha Paulo Freire.

Em 1985 houve a criação da Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), visando substituir a modalidade de ensino MOBRAL. Esse programa de ensino promovia a execução dos projetos de alfabetização por meio do apoio financeiro e

técnico às organizações não governamentais e às empresas privadas que se encarregavam da missão de alfabetizar os indivíduos que não tiveram acesso a educação na idade adequada, uma vez que o governo se eximiu da sua responsabilidade de promover a educação para todos (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009), ou seja, com o fechamento da Fundação Educar, na década de 1990, o Governo Federal ausentou-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para a modalidade de ensino de jovens e adultos.

Na década de 1990, o então presidente do Brasil Fernando Collor, eliminou a Fundação Educar, e criou um Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, que incidia em fomentar recursos para projetos organizados pelas universidades para a alfabetização de crianças e de adultos, ou a formação de alfabetizadores. Com a destituição de Collor, tomou posse o vice-presidente Itamar Franco (1992-1995), cujo governo não ofereceu nenhuma novidade no campo da alfabetização de adultos (CARVALHO, 2010).

O ano de 1990 foi considerado o Ano Internacional da Alfabetização, em decorrência da realização da V Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien – Tailândia, onde apontou a dramática realidade planetária de analfabetismo de pessoas jovens e adultas e indicou maior equidade social nos países mais pobres e populosos do mundo (SOEK, HARACEMIV, STOLTZ, 2009).

No ano de 1995, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso a presidência da República, retomaram as discussões acerca da alfabetização de adultos, entrando como pauta governamental, através do Programa Alfabetização Solidária (PAS). Este programa consistia em alfabetizar jovens e adultos habitantes dos municípios mais carentes, de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e com elevados percentuais de analfabetismo (CARVALHO, 2010).

Entretanto o Governo Federal, ainda não tem dado conta de enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da LDB nº. 9.394/96, a EJA ainda é vista como problema.

Na LDB 9394/96, refere-se à EJA na V sessão. No artigo 37, diz que:

A educação de Jovens e adultos será destinada àqueles que não tiverem acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. E no artigo 38 os sistemas de ensino asseguram aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais

apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, concessões de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, as campanhas de erradicação do analfabetismo continuaram a serem metas de governo, mesmo diante programas, movimentos e planos de governo com as denominações diferentes, o objetivo central permanecem os mesmos, isto é, promover uma rápida ação, de amplo alcance, de baixo custo, recorrendo a alfabetizadores improvisados, que não precisavam de uma formação específica para atuação nos programas (CARVALHO, 2010).

Neste cenário, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), como uma estratégia governamental de alfabetização de jovens e adultos. Criado em 2003 pelo Ministério da Educação (MEC), para afirmar o acesso à educação como um direito de todos, em qualquer instância da vida (CARVALHO, 2010).

Segundo o autor citado, o PBA foi direcionado a um público que apresentam particularidades bastante peculiares, como as comunidades indígenas, as populações ribeirinhas, as comunidades rurais e pais de crianças que fazem parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Os alfabetizadores desse Programa em sua maioria não dispunham de formação específica, e eram selecionados a partir do sistema de bolsas, onde não podiam manter vínculos empregatícios. Dessa forma, o governo acompanhava o programa de maneira bastante tímida, por meio de um sistema eletrônico que continha informações do número de analfabetos no país, onde estavam cadastrados os alfabetizandos, alfabetizadores e os locais das salas de alfabetização (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009).

Assim, podemos perceber que toda a história em volta da EJA no Brasil, segue a história da educação no país, que por sua vez esta relacionada com a história das estruturas econômicas e políticas e, por conseguinte com a história das relações de poder dos diferentes grupos sociais. A manifestação brasileira em favor da educação do povo no decorrer da nossa história, está diretamente ligada às tentativas de recomposição do sistema político e das estruturas sociais e econômicas, fora e dentro da ordem vigente (SANTOS, 2013).

A falta de recursos financeiros, aliada à insuficiente produção de estudos e pesquisas no ensino de Geografia nessa modalidade de ensino, tem contribuído para que essa educação se torne uma mera reprodução do ensino para jovens e adultos. Isso explica o histórico distanciamento entre sociedade civil e Estado no que diz respeito aos problemas educacionais brasileiros.

Assim, diante das dificuldades que a Educação de Jovens e Adultos vem enfrentando no decorrer desses anos para se estabelecer, o capítulo seguinte apresenta como essa modalidade de ensino está especificada nos documentos e legislações educacionais.

2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Na década de 1940, grandes índices de analfabetismo no país ainda eram detectados, o que levou o governo à decisão de criar um fundo destinado à alfabetização de adultos. Em 1945, com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos tornou-se oficial no Brasil (CARVALHO, 2013, p. 29). A partir daí, novas campanhas e projetos foram lançados com a intenção de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular.

Dentre estes, podemos citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que, enquanto o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão de obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo pela alfabetização, em processos que seguiam as propostas metodológicas de Paulo Freire (SANTOS, 2013, p. 30).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692, de 1971, teve como objetivo dar continuação à alfabetização de jovens e adultos por meio do Ensino Supletivo¹, sendo uma das leis mais importantes para o estabelecimento da EJA. A Lei de Reforma nº. 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atender jovens e adultos.

A partir desta lei, os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação, que normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos estados. A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos (GADOTTI, 2011, p. 38).

Podemos assim dizer que a Educação de Jovens e Adultos, tratada na Lei nº 5.692/71 como Ensino Supletivo, caracterizou-se por possuir uma proposta pedagógica flexível que considerava as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos adquiridos a

¹ A Lei 5.692 de 1971 reformou o ensino de 1º e 2º graus e regulamentou o ensino supletivo, conferindo à suplência a função de repor escolaridade não realizada na infância e adolescência, então consideradas os ciclos da vida mais adequados à aprendizagem (DI PIERRO, 2005, 1117).

partir das vivências diárias e no mundo do trabalho. A proposta do CFE (Conselho Federal de Educação) nº 699/72 noticiou, com clareza, as particularidades desta modalidade de ensino, por apresentar uma estrutura diferenciada do ensino regular. A novidade trazida pelo Parecer nº. 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias de ensino.

A partir da LDB 9394/96 a Educação de Jovens e Adultos passou a ser considerada como uma modalidade de ensino da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, rompendo assim com formulação de ensino supletivo, proposta pela Lei nº 5.692/71. Dessa forma, conforme a Emenda Constitucional-14/96, deixa de ser obrigatória a educação de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente escolar em tempo próprio. Entretanto, o Estado deve assegurar aos indivíduos que se encontram nessa condição a oferta gratuita dessa modalidade de ensino, bem como a possibilidade de acesso e permanência na escola, uma vez que a educação é um direito público assegurada pela Constituição Federal.

Em todas as modalidades de ensino existem objetivos específicos para cada fase do processo de aprendizagem, e na Educação de Jovens e Adultos não é diferente, uma vez que, busca dar oportunidade aquelas pessoas que por eventuais transtornos na vida não puderam concluir o seu ciclo escolar em tempo normal.

A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Por tanto, são necessárias mais vagas para estes “novos” alunos e “novas” alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização (MEC, 2009, p. 09).

O direito a educação é assegurado pela Constituição Federal a todos os indivíduos, independentemente de credo, raça ou posição social. A LDB 9394/96 em seu art. 4º reproduz o art. 208 da CF/88: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”, referindo-se ao direito e ao dever de educar, assegurando o ensino fundamental obrigatório e gratuito, até mesmo para aqueles que não tiveram a oportunidade na idade adequada.

Na Constituição Federal do Brasil, de 1988 no artigo 205, a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, qualificando-a para o mercado de trabalho. Neste sentido, a EJA também é contemplada, pois além da continuidade dos estudos, promove a inserção do indivíduo na competitividade do comércio (CARVALHO, 2010).

A LDB 9394/96 dispõe na Seção V e nos artigos 37º e 38º, parágrafos que fazem menção apenas a Educação de Jovens e Adultos, assegurando aos indivíduos uma modalidade de ensino que possibilite a oportunidade de aprendizagem para todos aqueles que desejarem.

[...] os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao conhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB 11/2000).

Muitas contribuições foram direcionadas a EJA pela LDB 9394/96. No Título III, art. 4º e inciso VII desta lei, a EJA é caracterizada como um exercício à cidadania constituindo-se em um direito social, uma vez que, direciona características particulares a Educação de Jovens e Adultos, onde a oferta da educação regular deve está de acordo com as necessidades e disponibilidades dos indivíduos, permitindo aos que forem trabalhadores as condições necessárias de acesso e permanência no ambiente escolar.

Art. 4º - O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, [...]

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Além dos artigos específicos direcionados na LDB sobre a Educação de Jovens e Adultos, em outros momentos esta lei faz referência a pessoas com escolaridade deficitária, como o artigo acima citado, onde em seu inciso 1º reafirma o direito a obrigatoriedade e gratuidade da educação para os jovens e adultos que não conseguiram concluir sua atividade escolar em tempo considerado adequado. Dessa forma, o Estado tem um dever com essa modalidade de ensino (RESENDE, 2013).

Nessa perspectiva, o inciso VII do artigo citado apresenta as necessidades de integração da EJA ao mundo do trabalho, bem como às particularidades dos alunos jovens e adultos, considerando as experiências desses sujeitos no processo de ensino e aprendizagem,

garantindo a essas pessoas condições de acesso e permanência no ambiente escolar (RESENDE, 2013).

A modalidade de ensino da EJA deve ser pensada a partir das particularidades dos indivíduos, uma vez que, tais sujeitos trazem consigo exclusivamente os conhecimentos obtidos por meio das suas vivências, que são conhecimentos indispensáveis à educação, e juntamente com o conhecimento científico a ser ministrado e construído em sala de aula, irá preparar os mesmos para exercer seus direitos de cidadão, com egresso ao mercado de trabalho e realizações com enfoque no futuro.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) criada pela Constituição Federal de 1988, que no inciso XXIV do Art. 22, estabelece: “compete à União legislar sobre diretrizes e bases na educação nacional” é a lei que rege a educação nacional, ou seja, tem como objetivo ampliar o conceito de educação básica. Segundo Oliveira (2001, p. 108) a LDB “passou a ser compreendida como um processo que engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio”, sendo responsável pelo ordenamento jurídico, estabelecendo as coordenadas para a realização da educação no país.

De acordo com Resende (2013) a nova LDB foi marcada por diversos interesses, visando uma lei mais democrática em busca de atender as necessidades do povo brasileiro e de construir uma educação nacional pública. Apesar da LDB ter passado por negociações e pressões vindas de várias esferas, dentro desta lei maior existem apenas dois artigos destinados a Educação de Jovens e Adultos, sendo eles os artigos 37 e 38.

Segundo o autor supracitado, a LDB organiza a educação em nosso país e dedica uma de suas partes a EJA, observando o distanciamento do Estado em relação a esta modalidade de ensino, por meio de um compromisso parcial orientado a esta forma de aprendizagem, principalmente a partir das reformas educacionais ocorridas na educação brasileira na década de 1990.

A LDB 9394/96, propõe na seção V questões diretamente referentes à EJA, especificamente, como já mencionado nesse trabalho os artigos 37 e 38, que serão examinados a seguir:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

- I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II
- Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

No parágrafo 1º do art. 37º da LDB 9394/96, é assegurado o ensino gratuito aos jovens e aos adultos, que por situações adversas não puderam concluir os seus estudos na idade regular. Dessa forma, a lei garante a estes sujeitos condições cabíveis e apropriadas de acesso aos sistemas educacionais por meio de cursos e exames, considerando as características particulares do alunado, suas preocupações e interesses, condições de vida e de trabalho.

Nessa perspectiva, o parágrafo 2º do art. 37º da lei supracitada, determina ao Poder Público a viabilizar e estimular o ingresso e a permanência do trabalhador na escola, por meio de atividades integradas e complementares entre si. Assim, os projetos e ações estabelecidos pela comunidade escolar devem ser voltados para atender as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, possibilitando ao sujeito condições necessárias a sua formação.

Segundo Resende (2013), o art. 37 direciona o conceito da educação de pessoas jovens e adultas como uma reposição, uma compensação, uma suplementação. Nessa perspectiva, os parágrafos deste artigo ressaltam a necessidade as particularidades dessa modalidade de ensino, principalmente pelas condições de vida dos sujeitos, uma vez que, a maioria destes são trabalhadores e chefe de família. Dessa maneira, deve-se cuidadosamente observar as questões voltadas para a história de vida do alunado, pensando a educação a partir das diferenciações e disponibilidades desses indivíduos para que os mesmos tenham acesso e permaneçam em atividade escolar, diminuindo, dessa forma a evasão.

Por outro lado, encontram-se aí possibilidade de reverter o conceito básico da lei no sentido de desenvolver programas que realmente estejam de acordo com os interesses dos jovens e adultos, visto que são pessoas que já possuem uma experiência de vida e de trabalho, o que os distingue das crianças e adolescentes a quem é direcionado o ensino regular (RESENDE, 2013, p. 86).

O desenvolvimento do ensino da EJA é de fundamental importância para os indivíduos que pretendem alcançar a formação educacional básica, pois diante do desenvolvimento da sociedade e principalmente do sistema capitalista de produção, muitos sujeitos sentem a necessidade de darem seguimento aos seus estudos, devido as exigências estabelecidas pelas empresas ao contratarem algum profissional. Nesse sentido, a EJA permite aos sujeitos uma grande contribuição para a formação intelectual, política e uma chance cada vez maior de ingresso no mercado de trabalho.

Segundo o art. 38º da LDB 9394/96, todo o sistema de ensino voltado para a educação de jovens e adultos devem manter cursos e exames supletivos, que constarão na base curricular dessa modalidade em nível nacional, habilitando aos sujeitos o seguimento de estudos em nível regular. Dessa forma, de acordo com o parágrafo 1º deste artigo, os exames a serão realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para os sujeitos que apresentam idade maior que quinze anos, e no nível de conclusão do ensino médio, para os indivíduos maiores de dezoito anos.

O ensino médio, também está regulamentado pela LDB 9394/96, sobre esta etapa da educação básica deve-se considerar pela legislação oficial:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV- a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, Seção IV – DO ENSINO MÉDIO – Art. 35, 1996).

O ensino na EJA apresenta uma grande distinção das demais modalidades de ensino, principalmente por ser composto por atores sociais que possuem unicamente o conhecimento do seu espaço vivido. Nesse sentido, o parágrafo 2º do artigo citado anteriormente dispõe que todos os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos sujeitos por diferentes meios serão inseridos e reconhecidos mediante os exames a serem realizados. É nessa perspectiva que a escola deve pensar seus projetos e ações a serem desenvolvidos na educação de jovens e adultos, levando em conta o espaço vivido do aluno, tornando o ambiente escolar mais próximo da realidade do educando.

Conforme Resende (2013), o art. 38 é um segundo momento na LDB 9394/96 em que é trabalhada a temática da EJA, demonstrando a realização de exames supletivos para o ingresso de jovens e adultos, com escolaridade deficitária, no ensino fundamental e médio. Nesse sentido, tais exames devem enfatizar o conhecimento adquirido pelos indivíduos por meios formais e informais, uma vez que, muitos dos sujeitos com escolaridade deficitária possuem apenas o conhecimento do seu espaço vivido.

O conhecimento adquirido pelos indivíduos é indispensável na problematização dos conceitos de Geografia a serem trabalhados em sala de aula. Os diferentes meios de informação permitem que os sujeitos estabeleçam relações com os mais diversos lugares do

mundo e em escalas diferenciadas, que podem ser contextualizados e repensados a partir da sua realidade.

Nesse cenário, a Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar métodos e metodologias que possibilitem atender as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos que não usufruíram da oportunidade de finalizar o seu ciclo escolar em tempo regular (PARECER CNE/CNB 11/2000).

De acordo com Resende (2013) o parecer 11/2000, aprovado pela Câmara de Educação Básica do Ministério de Educação em maio de 2000, é o principal documento que regulamenta e normatiza as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no país. Nesse sentido, tais diretrizes estabelecem uma discussão mais abrangente para o entendimento da educação de pessoas com escolaridade deficitária.

O texto é composto por 10 tópicos organizados da seguinte forma: I. Introdução; II. Fundamentos e Funções da EJA; III. Bases Legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; IV. Educação de Jovens e Adultos – hoje; V. Bases históricas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil; VI. Iniciativas públicas e privadas; VII. Alguns indicadores estatísticos da situação da EJA; VIII. Formação do docente para a Educação de Jovens e Adultos; IX. As diretrizes curriculares nacionais da Educação de Jovens e Adultos; e X. O direito à educação (RESENDE, 2013, p. 90).

O art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece como princípio que toda e qualquer educação visa o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Dessa forma, a EJA é tida como uma modalidade estratégica de ensino que permite o ingresso de sujeitos sociais ao ambiente escolar, visando à formação de cidadãos com mais cidadania e possibilitando a sua qualificação profissional, para que os mesmos logrem êxito na competitividade do mercado de trabalho (PARECER CNE/CEB 11/2000).

Ainda no artigo citado anteriormente, a educação é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, preparando a sua qualificação para o mercado de trabalho. Neste sentido, a EJA também é contemplada, pois além da continuidade dos estudos, promove a inserção do indivíduo na competitividade do mercado de trabalho. É importante ressaltar que a Constituição Federal também admite o direito à educação aos indivíduos que não tiveram a oportunidade de acesso à escola na idade própria (art. 208), priorizando o aniquilamento do analfabetismo e a generalização do ensino fundamental (CARVALHO, 2010).

O art. 5º da LDB estabelece outro aspecto muito importante da Educação de Jovens e Adultos:

Art. 5º - O acesso ao ensino é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público acionar o poder público para exigi-lo.

Nessa perspectiva, o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, direciona o Poder Público a incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis de ensino, e de educação continuada. Nesse cenário, a EJA será contemplada, pois o ensino a distância está aliado à ideia de supletivo, ou seja, a compensação do ensino escolar para aqueles com escolaridade deficitária, que por diferentes motivos não conseguiram a certificação da educação básica.

Dessa forma, o parágrafo 3º do art. 87 da LDB, estabelece:

Cada município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:
[...] II – prover recursos presenciais ou à distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

Segundo Resende (2013), este artigo deveria ser abordado para acionar a garantia do oferecimento da Educação de Jovens e Adultos, entretanto algumas ações por parte do Estado foram superficiais e assistencialistas.

No Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 1997, um dos objetivos e prioridades, destaca-se a EJA, com objetivo de estender o atendimento da educação para todos, diretriz apontada na V Conferência Mundial sobre Educação para Todos. E são esses os objetivos que as autoridades governamentais precisam dar conta, pois assumiram compromissos ao assinar o documento final desta conferência que previa:

Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. (PNE, 1997, p. 08).

Nessa perspectiva, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece princípios, diretrizes e metas relativas à educação de jovens e adultos para os dez anos consecutivos à sua promulgação (2001-2011), sendo apresentadas vinte e seis metas particulares para essa modalidade de ensino, no qual destacamos: a alfabetização de dez milhões de jovens e adultos em cinco anos e a erradicação do analfabetismo em dez anos. Entretanto, devido à falta de

recursos não foi possível a concretização desse plano e nem o cumprimento de tais metas (SANTOS, 2013).

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A RESOLUÇÃO ESTADUAL DE ENSINO DO PARÁ

A resolução Nº 001 de 05 de janeiro de 2010, regulamenta e consolida as normas estaduais aplicáveis à Educação Básica no Sistema de Ensino do Estado do Pará. Esta resolução está em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, ao atribuir o dever de educar a família, ao Estado e seus municípios, com a finalidade do desenvolvimento integral do educando, baseado nos princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana (CEE/SEEPA/2010).

A resolução acima supracitada dispõe no seu Capítulo VII vinte e dois artigos referentes à Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, o art. 58 desta resolução em conformidade com o art. 37 da LDB 9394/96 afirma o direcionamento da EJA para aqueles indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos da Educação Básica na idade regular. No primeiro parágrafo deste artigo o Sistema Estadual de Ensino do Pará (SEEPA) deve certificar gratuitamente aos jovens e adultos, que não conseguiram estudar na idade própria, oportunidades educacionais adequadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante a realização de cursos e exames. No segundo parágrafo do art. 58 do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA), o Poder Público se encarregará de promover o acesso e a permanência dos alunos da EJA no ambiente escolar, mediante a integração e a complementariedade de ações entre si, tais como as propostas nos incisos deste parágrafo:

- I. oferta de curso com opções de trajetória curricular;
- II. Oferta de exames;
- III. Convênios com empresas, órgãos e instituições;
- IV. Formação docente para o atendimento dos estudantes;
- V. garantia da gratuidade;
- VI. Oferta de condições materiais, equipamentos e recursos auxiliares de ensino;
- VII. Flexibilidade de horário;
- VIII. Condições de infraestrutura e garantia de espaço físico (CEE/SEEPA/2010, p. 18).

Nessa perspectiva, em concordância com as Diretrizes Nacionais o parágrafo III do artigo acima analisado, estabelece que a EJA no Sistema Estadual de Educação do Pará realizará, quando possível, uma articulação com a educação profissional e o mercado de trabalho, permitindo ao aluno que dantes não conseguira finalizar o seu ciclo escolar em

tempo próprio, oportunidades de qualificar-se e ingressar no competitivo mercado de trabalho (CEE/SEEPSA/2010).

No art. 59 do Conselho Estadual de Educação do Pará, o Sistema de Ensino deve implantar cursos e exames supletivos nos níveis dos ensinos fundamental e médio, onde o ingresso a estas modalidades estará pautado na idade mínima estabelecida por lei, ou seja, no Ensino Fundamental será de 15 (quinze) anos e no o Ensino Médio de 18 (dezoito) anos, para a realização da matrícula ou a obtenção do certificado de conclusão, sendo os educandos submetidos a exames na modalidade de ensino da EJA (CEE/SEEPSA/2010).

Como disposto no art. 60 da resolução Nº 001/2010 do CEE/PA, os cursos da EJA poderão ser oferecidos por instituições públicas ou privadas, mediante a autorização de funcionamento conforme as normas estabelecidas por este Conselho de Educação. O art. 61 apresenta orientações acerca da organização e estruturação dos cursos com exames da EJA, podendo funcionar em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos não-seriados, onde ambos devem obedecer o critério de idade mínima estabelecido por lei, dentre outras normas (CEE/SEEPSA/2010).

Nos cursos presenciais da Educação de Jovens e Adultos, os primeiros anos do Ensino Fundamental, correspondendo da alfabetização até ao 5º (quinto) ano, terá a duração mínima de dois anos. Os anos finais do Ensino Fundamental, equivalendo do 6º (sexto) ao 9º (nono) ano, apresentará duração mínima de dois anos. Para o Ensino Médio, a duração mínima estabelecida por lei é de um ano e seis meses de formação. Tais informações estão contidas no art. 62 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará (CEE/SEEPSA/2010).

Para ser efetivada a matrícula dos indivíduos na modalidade de ensino da EJA, tanto no ensino fundamental ou médio, é obrigatória a comprovação da escolaridade anterior já concluída pelos mesmos. Entretanto, caso os indivíduos não apresentem nenhuma comprovação da escolaridade já cursada, serão submetidos a avaliações realizadas pela escola para definir o desempenho do candidato e posterior ingresso na série ou etapa adequada, conforme as suas experiências e habilidades demonstradas nos testes (art. 64 do CEE/SEEPSA/2010).

Os cursos oferecidos na EJA deverão apresentar em sua estrutura curricular as disciplinas e os componentes curriculares da educação nacional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais e as disposições vigentes da presente Resolução. Dessa forma, os conteúdos a serem programados para as séries do ensino fundamental e médio, deverão ser selecionados pela sua relevância, levando em consideração as experiências de mundo dos

jovens e adultos e o contexto social em que vivem, conforme disposto no o art. 38º da LDB 9394/96 (art. 65 do CEE/SEEPA/2010).

Todos os exames e avaliações a serem realizados para o ingresso na EJA devem ser pensados a partir do conhecimento adquirido pelos sujeitos pelos mais diversos meios de informação, comunicação e experiências vividas. Esses exames podem ser organizados pela Secretaria de Educação do Estado, ou direcionados por suas Unidades Regionais, ou ainda pelas Secretarias Municipais de Educação (CEE/SEEPA/2010).

Diante de todos os programas e políticas públicas direcionadas ou parcialmente orientadas para a Educação de Jovens e Adultos, a organização do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, são documentos de suma importância que devem ser pensados a partir da realidade social de cada ambiente escolar.

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (VEIGA, 2001, p. 56).

Nessa perspectiva, o PPP deve ser construído a partir das características singulares que cada escola irá apresentar principalmente no que diz respeito ao público que será atendido. Assim, as escolas que atendem a EJA terão projetos políticos pedagógicos voltados para as particularidades do seu público, ou seja, atender pessoas com escolaridade deficitária, trabalhadores, chefes de família, indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir o ciclo escolar em idade considerada ideal.

2.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL PROFª TEREZA DONATO DE ARAÚJO

A Escola Profª Tereza Donato de Araújo, local de pesquisa desse trabalho, atende a Educação de Jovens e Adultos na etapa final da educação básica, o ensino médio. Tal modalidade é direcionada como ensino supletivo e os alunos devem concluir essa fase em até vinte e quatro meses, ou seja, dois anos, por ser uma forma de ensino diferenciada e especialmente para jovens e adultos que não concluíram seus estudos em tempo adequado.

Na cidade de Marabá, a Educação de Jovens e Adultos foi implantada no ano de 1986, por meio do Núcleo Avançado de Ensino (NAES). Este seguimento de ensino, no primeiro momento organizou-se como curso de Instrução Personalizada para o ensino fundamental. Em seguida houve a demanda para a realização de exames profissionalizantes, assim como a

oferta de cursos livres como datilografia , artesanato, entre outros. A partir do ano de 2006, com a construção de uma estrutura própria para atender essa modalidade de ensino, o NAES tornou-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Profª Tereza Donato de Araújo. Nesse cenário houve a necessidade da formulação de um projeto político pedagógico, com o intuito de direcionar o processo de ensino e aprendizagem voltado para atender as particularidades dos jovens e adultos com escolaridade deficitária (PPP, 2014).

Dessa forma, o PPP da escola Profª Tereza Donato de Araújo, de acordo com os artigos 37º e 38º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, foi pensado e discutido a partir da realidade e das singularidades que envolvem a Educação de Jovens e Adultos, possibilitando o acesso e a permanência desses indivíduos no ambiente escolar.

Assim, o projeto político pedagógico em sua instância maior, busca a atuação democrática na elaboração de seus objetivos e métodos a serem alcançados durante o processo de ensino e aprendizagem.

Pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e a sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvida, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e possível (VEIGA, 2001, p. 57).

Na escola Profª Tereza Donato de Araújo, o PPP recorre à LDB 9394/96 e a Constituição Federal de 1988, para propor uma educação como um direito social e não apenas como uma compensação do tempo perdido, possibilitando ao indivíduo conhecer e questionar seus direitos enquanto cidadão, buscando a inserção e a participação dessas pessoas no mundo do trabalho e nas decisões a serem tomadas na sociedade.

O público atendido na EJA apresenta como único conhecimento as suas experiências vividas, adquiridas por meios formais e informais. Dessa maneira, conforme expressado no art. 38º da LDB, o PPP da escola Profª Tereza Donato de Araújo, busca trabalhar história de vida dos alunos como uma forma de aproximar o conteúdo ministrado às experiências concretas dos sujeitos e estimulando a sua participação, com o objetivo de incentivar a sua permanência na escola.

Temos desejos de construir uma escola nas quais as necessidades educativas fundamentais não sejam de escolarização: como acesso a leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas; importantes no desenvolvimento intelectual dos seres humanos; mas também o ensino de valores e atitudes que possam contribuir na formação humana como um todo. Uma formação integral possibilitaria não apenas a perspectiva de se inserir no mercado de trabalho; mas a ampliação dessa formação enquanto seres humanos (PPP, 2014, p. 18).

Nessa perspectiva, o PPP refere-se a diretrizes que norteiam o ensino voltado para jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir suas atividades escolares em tempo considerado ideal, com a possibilidade de formar cidadãos para ingressar na competitividade do mercado de trabalho, assim como orientado no art. 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

As leis, diretrizes e documentos que norteiam o processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos foram organizados e pensados para atender um público com escolaridade deficitária que por eventuais motivos não conseguiram finalizar seu ciclo escolar em tempo próprio.

Nesse contexto, a escola deve inserir todos os alunos, independente de raça, religiosidade ou idade, principalmente por ser o ambiente de encontro de diferentes culturas e saberes. Diante das particularidades dessa pesquisa, o próximo capítulo abordará uma discussão acerca da importância da disciplina de Geografia para a formação de jovens e adultos enquanto cidadãos críticos e integrantes do meio em que vivem.

3. REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Diante do contexto histórico da EJA compreende-se que esta modalidade de educação básica definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96:

Não pode ser pensada como oferta menor, nem pior, nem menos importante, mas sim como uma modalidade educativa, um modo próprio de conceber a educação básica, modo esse determinado pelas especificidades dos sujeitos envolvidos (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009, p. 21).

Neste sentido, faz-se necessário desenvolver uma educação voltada para a realidade do educando, visto que foi negado a essas pessoas o acesso à educação básica na idade adequada, devido a distintos fatores de ordem econômica, social, política, geográfica e cultural (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009).

Vale ressaltar, ainda de acordo com os autores citados, que o ensino na modalidade da EJA deve ser diferenciado para esses sujeitos, pois os mesmos possuem distintos conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais que devem ser consideradas já que a escola não será o único espaço de produção e socialização dos saberes.

Straforini (2004, p. 51) afirma:

Não podemos mais negar a realidade ao aluno. A geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade, ou ainda, preocupar-se com o futuro através do inconformismo com o presente. Mas esse presente não pode ser visto como algo parado, estático, mas sim em constante movimento.

As transformações demandadas na sociedade ao longo das últimas décadas, principalmente orientada pelo fenômeno da globalização, deve-se considerar a influência que tal fenômeno vem ocasionando no espaço geográfico, e, conseqüentemente, no ensino de geografia.

De acordo com Cavalcanti (2008, p. 15):

[...] Entende-se a globalização como um fenômeno de eliminação de fronteiras entre os países de todo o mundo, que afeta múltiplos campos: cultural, tecnológico, social, econômico etc., e que traz como consequência a construção de espaços de relações integradas.

Desta forma, Straforini (2004, p 82) afirma que se “o mundo está globalizado e que este é entendido como um todo sistêmico, desigual e combinado, somos obrigados a desconfiar de qualquer procedimento metodológico de ensino e de estrutura curricular que não leve isso em consideração”.

Por isso, se faz necessário pensar numa geografia que possibilite um entendimento claro das relações do homem com o espaço em que vive, sendo este um debate que vem assolando há algumas décadas os professores e estudiosos dessa disciplina.

Dentro dessa perspectiva, as diferentes correntes do pensamento geográfico assim como as suas concepções teórico-metodológicas, são instigadas a possibilitarem ao ensino de geografia novas estratégias de abordagem dos conteúdos, percebendo as constantes transformações inseridas no espaço geográfico pelos distintos agentes sociais e fenômenos socioespaciais que configuram e reconfiguram a sociedade.

A geografia ensinada na escola ainda é considerada por muitos uma disciplina descritiva, decorativa, bestial, e até mesmo inútil. Diante de tal realidade, está a forma de condução dos conteúdos dessa disciplina pelos professores, por desconsiderarem a posição dinâmica e histórica-geográfica dessa ciência no processo de ocupação e apropriação do espaço geográfico. Nesse sentido, a geografia deve ser apresentada à sociedade de forma que possam entender e perceber que os fenômenos que giram em torno dessa ciência estão vinculados com o todo e em conexão com o processo social a qual estão inseridas.

De acordo com Cavalcanti (2008) o ensino de geografia deve estar voltado para a aprendizagem geográfica do aluno, ou seja, o professor deve se empenhar para que o aluno aprenda, sendo o aluno o sujeito central do ensino com seu processo cognitivo, e o professor tem a responsabilidade da mediação.

Conforme a autora citada, o ensino é um processo baseado no tripé: aluno, professor e a matéria. Estes três são elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem e não podem ser trabalhados separadamente, uma vez que, são elementos interligados, ativos e participativos, influenciando e sendo influenciado pela ação uns dos outros, para Cavalcanti (2008, p. 42):

O aluno é sujeito ativo que entra no processo de ensino e aprendizagem com sua “bagagem” intelectual, afetiva e social, e é com essa bagagem que ele conta para seguir no seu processo de construção; o professor, também sujeito ativo no processo, tem o papel de mediar às relações do aluno com os objetos de conhecimento; a geografia escolar é considerada no processo como uma das mediações importantes para a relação dos alunos com a realidade.

Nessa perspectiva, para Callai (2010) a geografia estudada pelo aluno deve permitir que o mesmo sinta-se como participante do espaço que estuda, onde a geografia não deve fazer apenas uma abordagem artificial e enciclopédica dos aspectos naturais e sociais, considerando o aluno como um ser neutro, sem cultura e a-histórico. Entretanto, o aluno deve

ser considerado como um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, ser social e histórico.

Assim, o ensino de geografia deve levar o aluno a questionar e compreender a relação espaço/homem/natureza, e mediante um esforço do professor, trazer os conteúdos trabalhados em sala para a realidade do aluno, buscando superar as descrições e as visões enciclopédicas do mundo.

Conforme Cavalcanti (2002, p.19):

No ensino dessa disciplina, os saberes tomados como objeto de conhecimento pelo aluno são aqueles referentes ao espaço geográfico. O espaço geográfico não é apenas uma categoria teórica que serve para pensar e analisar cientificamente a realidade, ele é essa categoria justamente porque é algo vivido por nós e resultante de nossas ações. Isso significa que ensinamos geografia na escola para que as pessoas desenvolvam uma percepção da espacialidade das coisas. As práticas sociais em geral, para que possam ser realizadas, necessitam de conhecimento geográfico, ainda que não sistematizado.

Nesse contexto, o ensino de geografia na EJA deve ser apresentado de modo a levar o aluno a perceber a realidade que o cerca, os fenômenos e os agentes que fazem e refazem o espaço de suas experiências de vida como um conhecimento adquirido ao longo do tempo e que não pode ser desconsiderado.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao longo dos anos a Geografia vem ganhando espaço enquanto ciência, através dos esforços de muitos teóricos em elaborar proposições e concepções que possibilitassem a construção conceitual das diferentes categorias de análise dessa disciplina: o espaço geográfico, o território, a paisagem e a região. Nesse ínterim, busca-se compreender qual a importância da ciência geográfica para educação de jovens e adultos, uma vez que esta é a particularidade dessa pesquisa.

De acordo com Kaercher (2010, p.11):

O cerne desta ciência, contraditoriamente à própria gênese da palavra, não é nosso ponto de vista, nem a Terra (= geo) nem tampouco a descrição (= grafia), mas sim “o espaço geográfico” entendido como aquele espaço fruto do trabalho humano na necessária e perpétua luta dos seres humanos pela sobrevivência. Nessa luta, o homem usa, destrói/constrói/modifica a si e a natureza. “O homem faz geografia à medida que se faz humano, ser social” (grifos do autor).

Nessa perspectiva, a geografia deve ser entendida através das relações dos seres humanos com a natureza, observando suas transformações e modificações ao longo dos anos,

ou seja, percebendo que a relação sociedade-natureza são inseparáveis, afirmando que não tem como falar em geografia física se contrapondo à geografia humana (KAERCHER, 2010).

Além disso, a Geografia deve ser entendida também a partir das relações de exploração e das contradições de classes sociais, uma vez que, a sociedade produz, reproduz, configura e modela o seu próprio espaço a partir das suas relações de trabalho.

Dessa forma, Suzuki (2009, p. 234) afirma que:

No entanto, a especificidade da Geografia, como saber que tem na relação estabelecida entre a natureza e a sociedade seu mote de discussão, não pode ser olvidada. Assim, tornar-se-á fundamental aprofundar temas que relacionem as várias faces da Geografia: a física, a humana e a técnica, de forma a trabalhar as três dimensões recorrentes e articuladas dos estudos geográficos: a singularidade do local, a particularidade do regional e a universalidade do global.

A geografia não se vê apenas nas aulas de geografia, é no dia a dia, nas relações sociedade e natureza, é compreender que a partir da dinâmica social se vai construindo as paisagens. Nesse sentido, faz-se necessário trazer essa visão para a sala de aula, e fazer com que o aluno compreenda que a geografia faz parte diariamente e a todo instante da sua vida, constituindo-se o grande desafio do professor.

Kaercher (2010) expressa muito bem sobre o objetivo da geografia, colocando que essa ciência deve compreender a vida de cada um de nós desvendando os sentidos, os porquês das paisagens em que vivemos e vemos serem como são.

Atualmente, um dos maiores desafios da ciência geográfica está em compreender o espaço geográfico a partir das transformações realizadas pelos diferentes grupos sociais que produzem e reproduzem a sociedade. Muitas vezes a compreensão das modificações sociais, econômicas, culturais e naturais não é absorvida pelos indivíduos com um caráter crítico, justamente pelo fato desses considerarem a geografia como uma disciplina sem importância.

Nessa perspectiva, os profissionais da área são provocados a dar contribuições para que se possa desmistificar a mentalidade decorativa e pragmática, que construíram ao longo dos anos para a disciplina de geografia.

Conforme Oliveira (2005) é necessário recuperar o caráter crítico de enxergar o mundo através da geografia. Tal possibilidade é retomada a partir da utilização do método dialético, por permitir ao docente desenvolver os conteúdos de forma crítica, onde professores e alunos participam juntos da construção dos conceitos e do saber geográfico.

O método dialético traz consigo a recuperação de um espaço crítico que a geografia precisa ter. Portanto, esta geografia que incorpora a dialética é uma geografia essencialmente crítica. Sendo que, através da crítica, é que se produz e reproduz uma

ciência viva. Pois a ciência que não se renova, não se transforma, é ciência morta, é droga (OLIVEIRA, 2005, p. 140).

É importante ressaltar que não se pode menosprezar a utilização dos procedimentos teóricos-metodológicos que possibilitem a inserção do ensino de geografia como um caminho crítico e indispensável para a compreensão dos fenômenos socioespaciais existentes no espaço geográfico, entendendo a geografia como uma ciência social.

Dentro dessa perspectiva, o ensino de geografia na educação de jovens e adultos não deve ter uma visão diferenciada, apesar de ser um público diferenciado. Entretanto, o ensino deve ser conduzido para que de fato o aluno desenvolva o senso crítico para compreender a realidade que o cerca, considerando os conhecimentos adquiridos por estes alunos a partir de suas experiências vividas.

O aluno é um ser histórico que traz consigo e em si uma história, e um conhecimento adquirido na sua própria vivência. O desafio é fazer a partir daí a ampliação e o aprofundamento do conhecimento do seu espaço, do lugar em que vive, relacionando-o com outros espaços mais distantes e até diferentes. Como fazer isto é a grande questão. Há sem dúvida uma extrema necessidade de redefinir em novas bases (do mundo atual) o conteúdo do ensino que fazemos (e também de Geografia) e de criar e recriar formas pedagógicas capazes de dar sentido ao nosso trabalho de professores, e à aprendizagem que entendemos necessária para os alunos, socializando o conhecimento (CALLAI, 2001, p. 136).

Assim, verificamos a importância da valorização do conhecimento que o alunado da EJA traz consigo. Sendo assim, a Geografia terá um papel fundamental na aprendizagem do aluno, pois ela busca construir gradualmente uma visão crítica sobre seu espaço de vivência, do país e do mundo, fazendo com que o aluno se conheça como sujeito social e histórico atuante (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009).

Segundo Rossato e Silva (2007) a educação deve contribuir para o desenvolvimento do aluno, atuando no processo de ensino e aprendizagem, onde visa construir o conhecimento, respeitando a história de vida e a realidade dos sujeitos envolvidos, contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão.

Dentro dessa perspectiva, o maior desafio do educador na EJA será o de trabalhar os conteúdos da disciplina de Geografia de maneira significativa para o aluno, considerando experiências diárias, uma vez que, são alunos que não conseguiram finalizar o seu ciclo escolar em tempo hábil, e não se pode desconsiderar o conhecimento adquirido por estes ao longo de suas vivências. Assim, Antunes (2012, p. 21) afirma que:

[...] ensinar Geografia de maneira significativa para alunos adultos, portanto, necessita intenção da parte de quem ensina, e se esta intenção não se manifestar nas ações do professor, o que deseja que seu aluno aprenda acaba por se transformar em

inútil e repetitiva memorização. Algo que se guarda hoje, mas que amanhã se esquece. Essas informações valem inteiramente para qualquer pessoa adulta, qualquer aluno jovem ou idoso.

Assim, espera-se que o educando da EJA desenvolva e construa um senso crítico de forma a perceber a realidade não tal como ela nos é apresentada, mas tal como ela é. De acordo com Soek *et al.* (2009, p. 25):

Pretende-se que o educando da EJA ao estudar Geografia, construa gradativamente uma visão crítica sobre seu espaço de vivência, do país e do mundo, entendendo-se como sujeito sócio-histórico atuante. E que, no cotidiano, faça uso desses conceitos em sua prática social, desenvolva posturas que resultem em reflexões sobre as interações entre sociedade e natureza, conscientizando-se de que essas relações são articuladas por interesses econômicos, políticos, sociais e culturais em diferentes escalas de tempo e espaço.

Sendo assim, o educador ao trabalhar a disciplina Geografia na modalidade de Educação de Jovens e Adultos terá um papel fundamental, pois deverá contribuir na construção do seu entendimento enquanto cidadão na sociedade.

Sob essa perspectiva, Antunes (2012) reforça que a geografia que deve ser ensinada para esse público não deve ser uma geografia enciclopédica servindo apenas para expressar uma cultura erudita, mas deve ser uma geografia explicativa daquilo que se observa e sobre o espaço onde atua, ou seja, a geografia deve ser um instrumento essencial para despertar uma nova maneira de olhar o mundo e compreender a relação interativa entre o homem e o ambiente.

Assim, observa-se que a sociedade exige da escola uma instrumentalização dos alunos, de forma tal, que os mesmos possam desenvolver o raciocínio lógico, a criticidade e pensar coerentemente o conhecimento e construir o pensamento de acordo com suas próprias concepções de mundo, entendendo que as informações e os conteúdos ministrados em sala não são os objetos finais de interpretação da realidade, mas instrumentos capazes de serem modelados na busca de responder as suas indagações e inquietações acerca da realidade que o cerca (CALLAI, 2001).

Atualmente, um dos maiores desafios da escola, do ensino de geografia e do professor dessa disciplina, está em conhecer o meio em que vive o aluno para que se possa fomentar discussões que o leve a reconhecer a sua realidade e a criar alternativas que possam gerar transformações de interesse social em seu espaço vivido.

Conforme Cavalcanti (2002) “a escola é um espaço de encontro e de confronto de saberes produzidos e construídos ao longo da história pela humanidade”. Assim, observa-se que a escola e a geografia escolar se complementam, pois a primeira lida com a cultura seja

no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares, enquanto a segunda constitui-se como uma das mediadoras por meio das quais esse encontro e confronto se dão, logo a Geografia escolar igualmente é, no espaço escolar, um lugar de cultura (de culturas).

Na concepção de Antunes (2012, p. 33), a Geografia para alunos jovens e adultos deve ter como objetivo principal “contribuir para a formação integral do educando, ajudando-o a refletir, observar, compreender e interpretar o espaço geográfico, que é um produto histórico e que revela a interação entre o ambiente e as práticas sociais das pessoas que nele convivem”.

Assim, consciente do seu papel na sociedade o aluno poderá utilizar esses conhecimentos apreendidos em sua prática social, modificando suas atitudes diante das reflexões que abrangem as interações entre sociedade e natureza, entendendo deste modo que tais relações são articuladas por interesses econômicos, políticos, sociais e culturais em distintas escalas de tempo e espaço (SOEK; HARACEMIV; STOLTZ, 2009).

Diante disso, é fundamental que o professor tenha consciência da sua prática pedagógica a fim de desenvolver um ensino que não seja alienante, mas conscientizador, pois conforme Callai (2001, p. 134):

a geografia entendida como uma ciência social, que estuda o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantém entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma “visão espacial”, é por excelência uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania.

Conforme a autora citada, a educação direcionada para a cidadania, constitui-se um grande desafio para a disciplina de Geografia, uma vez que, é uma ciência fundamental para que o aluno construa sua visão crítica do mundo, a partir da sua realidade concreta. Sendo assim a geografia constitui-se como uma disciplina fundamental na formação de jovens e adultos, pois ela contribuirá para sua formação enquanto cidadão.

Para Callai (2001) os conteúdos ministrados em sala de aula devem ser desenvolvidos sob a ótica da tríplice função de resgatar o conhecimento produzido cientificamente, de reconhecer e valorizar o conhecimento que cada um traz junto consigo, como resultado da própria vida, e de permitir um sentido social para este saber que resulta dos conteúdos trabalhados em sala.

Assim, os conteúdos de Geografia que são o estudo do mundo, das configurações territoriais, da organização e apropriação do espaço geográfico pelos diferentes povos, as lutas e conflitos ocasionadas para tal, os interesses e manifestações políticas e as formas de perceber e utilizar a natureza, se põem como conteúdos que permitem ao professor

desenvolver os três itens acima citados com o objetivo de uma educação para a cidadania (CALLAI, 2001).

Rossato e Silva (2007, p.103) consideram que:

a educação deve contribuir para o desenvolvimento do aluno, sendo que sua atuação deverá esta voltada para o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da construção do conhecimento, refletindo sobre a realidade vivida pelo aluno, respeitando e considerando a sua história de vida e contribuindo para que ele entenda o seu papel na sociedade: o de cidadão.

Nesse sentido, está à possibilidade de tornar o ensino de geografia para a educação de jovens e adultos um ensino para a cidadania, considerando as particularidades que essa modalidade de ensino vivência.

3.2 CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO DO CIDADÃO NA EJA

As discussões acerca da cidadania não é algo novo, mas algo que há muito tempo está presente na sociedade e nas escolas, principalmente por ser uma temática que se encontra nos documentos oficiais que direcionam a educação do país, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (PCN) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Os PCNs afirmam que na Educação de Jovens e Adultos a disciplina de Geografia deve ser ministrada para que o aluno compreenda e interprete os fenômenos que ocorrem na sua realidade, relacionando-os com as diferentes ações e práticas do homem com o seu meio, possibilitando a participação integral da construção do conhecimento, onde os mesmos possam avaliar os conteúdos de Geografia, utilizando-os como um recurso fundamental na interpretação do meio em que vivem (PARECER CEB/CNB 11/2000).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a cidadania deve ser trabalhada como “a consciência de pertencer, interagir e sentir-se integrado com as pessoas e os lugares” (BRASIL, 1998, p. 60). Dentro dessa perspectiva, a cidadania é tomada a partir de “um conjunto de direitos civis, políticos e sociais que todo o homem tem que conquistar para viver em sociedade, num determinado lugar” (SOUSA, s.d., p. 511). Nesse sentido, o exercício da cidadania é através das apropriações e o usufruto de decisões políticas, de bens materiais, como expressa Rego (2003, p. 45):

[...] a cidadania deriva da apropriação das condições necessárias para participar das decisões, democratizando o poder político, descentralizando-o e, em decorrência disso, fortalecendo o papel dos lugares para modificar-se a lógica excludente da globalização. Excludente porque não garante condições materiais mínimas, nem os bens simbólicos e políticos a todos os indivíduos.

A cidadania é manifestada na sociedade à medida que os sujeitos sociais conseguem conquistar seus direitos. “Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, às intempéries, direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (SANTOS, 1993, p. 7).

De acordo com o autor supracitado “a cidadania, sem dúvida se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizada na cultura” (SANTOS, 1993, p. 7). Nesse sentido, observa-se que o ambiente escolar é um lugar muito importante para a apreensão da cidadania, principalmente por ser o local de encontro de diferentes culturas, vivências e saberes, e a disciplina de Geografia é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das noções de cidadania, pois a mesma estuda o espaço cotidiano, as relações de trabalho e as relações de classes sociais, abrigando conteúdos que contribuem para a formação do sujeito enquanto cidadão, como ressalta Cavalcanti (2002, p. 47):

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania através das práticas de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas [...].

De acordo com Rego (2003) a Geografia possibilita ao professor trabalhar os conteúdos dessa disciplina, juntamente com as noções de cidadania, mas é preciso que o mesmo tenha domínio das categorias elementares do ensino de Geografia, como paisagem, território, lugar, cidade, região, entre outros.

A Geografia nos traz a ideia de espaços, territórios, lugares e ambientes. A leitura do mundo passa por saber olhar o espaço local, interpretar as relações entre todas as coisas do lugar, na vida cotidiana (relações de poder, fenômenos naturais que interferem na ocupação do local, aspectos sociais, culturais, etc.) e entender a dinamicidade dessas relações e quais podem ser modificadas para transformar o ambiente onde se vive (REGO, 2003, p. 46).

Segundo Sousa, Silva e Magalhães (2004/2005, p. 53):

No que concerne ao ensino, a Geografia visa esclarecer aos cidadãos sobre a sua forma de apropriação do espaço, sobre as condições em que vivem, além de conscientizá-lo para que este possa atuar como um verdadeiro cidadão e ter a sua cidadania resgatada. Nesse contexto, a Geografia certamente não pode ficar estagnada numa imensidão de conceitos que amarram a mente do aluno à carteira e este não consegue visualizar (mesmo com ilustrações no livro didático) aquilo que está aprendendo.

Assim sendo, Cavalcanti (2008) ressalta que a escola tem um papel fundamental na formação do cidadão. Para esta autora:

[...] cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos e ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que se torna possível, então, transformar direitos formais em direitos reais (CAVALCANTI, 2008, p.84).

Nesse sentido, observa-se que o cidadão é o sujeito que usufrui de seus direitos e deveres ativamente na sociedade, contribuindo para a realização de um mundo melhor e visualizando de forma crítica as relações sociais e as dinâmicas estabelecidas pelos diferentes atores que modelam e configuram o espaço geográfico.

Dentro dessa perspectiva, o capítulo seguinte traz uma análise da importância do ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos na Escola Prof^a Tereza Donato de Araújo, observando a importância dos conteúdos dessa disciplina para a formação do aluno enquanto cidadão e sujeito ativo e integrante da sociedade e do espaço que o cerca.

4. O ENSINO DE GEOGRAFIA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA PROF^a TEREZA DONATO DE ARAÚJO

Para a elaboração desse trabalho foi realizada uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof^a Tereza Donato de Araújo, localizada no Bairro Amapá no município de Marabá-PA, com o intuito de perceber quais as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem desta modalidade de ensino, haja vista as particularidades da mesma. Esta unidade de ensino foi escolhida por trabalhar especificamente com a modalidade de EJA. Nessa perspectiva, houve a aplicação de um questionário para os professores da disciplina de Geografia, no ensino médio, uma vez que esse é o principal foco dessa pesquisa.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, o Núcleo Avançado de Ensino e Supletivo (NAES), primeiro nome da instituição o qual foi realizado a pesquisa, foi inaugurado em 22 de agosto de 1996, saindo sua portaria de criação somente em 17 de fevereiro de 1997, tendo como nome Prof^a Tereza Donato de Araújo. Este nome foi escolhido para homenagear uma educadora residente em Belém-PA, que se dedicou integralmente ao campo educacional e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (supletivo) no Estado do Pará. A professora citada contribuiu de forma significativa para implantações dos núcleos juntamente com o Ministério de Educação.

Segundo o documento da escola, a instituição passou por diversos momentos, como oferta de tele cursos no período de 2000 a 2004, sendo encerrado devido a reivindicação dos alunos por solicitarem em serem avaliados por professores em Marabá e reivindicar por um curso regular de EJA.

A partir da promulgação da LDB – 9394/96, o ensino profissionalizante foi suspenso nos Núcleos de EJA, permanecendo apenas as modalidades de ensino Fundamental – Instrução Personalizada e Ensino Médio. Em 2006, foi construído o prédio, numa área doada pelo INCRA, após muitas lutas realizadas pela gestora que estava à frente do trabalho, em parceria com os professores e estudantes. Após a construção, que até então era em locais cedidos, o núcleo foi autorizado a se transformar em escola, a partir de reivindicação local, passando a se chamar Escola de Educação de Jovens e Adultos Prof^a Tereza Donato de Araújo. Os estudantes passaram a estudar num curso regular de nível Médio em EJA, desenvolvido em dois anos. Com a implantação do Sistema de Ensino Médio Personalizado

Semipresencial na Modalidade de Jovens e Adultos a partir de 2011, o ensino médio regular foi extinto no ano de 2013 (PPP, 2014).

A Escola Estadual Prof^a Tereza Donato de Araújo possui atualmente em seu quadro docente 04 professores de Geografia do ensino médio, sendo que apenas 03 responderam o questionário.

A modalidade de ensino da escola Tereza Donato de Araújo é única no município de Marabá-PA, além de ser direcionada especificamente para Jovens e Adultos, é uma modalidade chamada de ensino personalizado ou semipresencial. Nesta modalidade o aluno conclui o ensino médio através da eliminação de disciplinas, tendo cada uma delas, uma quantidade de módulos correspondente aos três anos de ensino médio regular. O aluno que seguir o agendamento das aulas regularmente, leva em torno de um ano e meio à dois anos para conclusão do ensino médio completo.

Nesta modalidade de Ensino personalizado de EJA, o aluno deverá frequentar a escola no mínimo duas vezes por semana, em data marcada pelo professor para ter aula em grupo e um dia de atendimento individual, podendo este ser alterado por eventuais contratemplos do aluno.

Sendo assim, ensinar Geografia para essa modalidade de ensino, é um grande desafio para o professor, devido a essa dinâmica de atendimento e pelas diversas dificuldades que o público da EJA perpassa como foi exposto nos capítulos anteriores.

O questionário aplicado aos professores da referida escola esteve pautado nos seguintes questionamentos: Por que você escolheu trabalhar a disciplina de Geografia? Foi uma escolha sua trabalhar na Educação de Jovens e Adultos? Possui alguma formação específica para trabalhar na EJA? Qual a sua concepção de cidadania? Qual a relação existente entre Geografia e cidadania? Em sua opinião de que forma o ensino de geografia pode contribuir na formação do aluno enquanto cidadão? Que metodologias você utiliza para trabalhar os conteúdos de Geografia em sala de aula? Em sua opinião, o ensino de Geografia na modalidade EJA deve ser diferenciado em relação às demais modalidades de ensino? Por quê? As experiências diárias do aluno da EJA devem ser consideradas ao longo do seu processo de ensino e aprendizagem? Em sua opinião qual a importância dos conteúdos de Geografia para o ensino da EJA? Como trabalhar o ensino de Geografia como algo interessante para o aluno? Quais as dificuldades você encontra para trabalhar os conteúdos de Geografia na EJA?

Tais questionamentos foram direcionados aos professores com o objetivo de perceber suas colocações relacionadas ao ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos,

percebendo as dificuldades e os anseios em lecionar os conteúdos dessa disciplina nessa modalidade de ensino.

Neste trabalho, os professores entrevistados serão identificados pelos números 01, 02 e 03. Assim, observou-se que os docentes que lecionam a disciplina de Geografia no ensino médio da referida escola são do sexo feminino, estando na faixa etária de 28 a 45 anos. É importante ressaltar que todas as professoras possuem formação acadêmica em licenciatura em Geografia.

No que se refere à escolha em trabalhar a disciplina de Geografia, as professoras apresentaram respostas variadas.

A professora 01 por:

Identificação com o curso, pois ensinar Geografia no mundo contemporâneo é uma tarefa bastante desafiadora, motivadora e acima de tudo uma enorme responsabilidade. É também uma disciplina de conhecimentos amplo e peculiar a qual proporciona ao sujeito ter uma percepção diferenciada do espaço no qual vive, interagindo desde o local até o global.

A visão dessa professora é bastante interessante por perceber as dificuldades e a relevância do ensino de Geografia.

A professora 02 afirmou: “pela complexidade e abrangência da ciência geográfica, e pela afinidade com essa disciplina. Nesse sentido observamos que essa professora optou em trabalhar a Geografia por gostar dos conteúdos ministrados nessa disciplina”. Já a professora 03 alegou que fez geografia “pela falta de disponibilidade de outros cursos na época em que fez a faculdade”.

Quanto à preferência das docentes em trabalhar na Educação de Jovens e Adultos, as professoras 01 e 02, responderam que escolheram lecionar nesta modalidade de ensino, possuindo experiências com o ensino médio regular e formação continuada em cursos de aperfeiçoamento disponibilizados pela rede de ensino estadual. A professora 03 respondeu que não escolheu trabalhar com a educação de jovens e adultos, mas por sua lotação ter sido direcionada para esse público aceitou o desafio e estar sempre participando de seminários e cursos externos de formação direcionados para a EJA.

A respeito do questionamento sobre a concepção de cidadania, a resposta apresentadas pelas docentes foram satisfatórias, uma vez que, expuseram com objetividade o seu entendimento acerca da cidadania. A professora 01 afirmou que “a cidadania é a capacidade que um cidadão tem de exercer os seus direitos como parte integrante de um todo, levando em consideração seus deveres e os efeitos de seus atos na sociedade”. Não diferentemente, a professora 02 contribuiu dizendo que “a cidadania é o exercício dos direitos e deveres e a

participação dos indivíduos como sujeito integrante da comunidade em que atua”. A professora 03 colaborou expondo que “a cidadania é usufruir e exercer os direitos garantidos pela sociedade, atuando de forma que todos possam viver com equidade social”.

No que diz respeito da relação existente entre Geografia e cidadania, as respostas obtidas foram bastante claras, observando a importância do ensino dessa disciplina para a formação do aluno enquanto cidadão consciente de seus direitos e deveres. A professora 01 expôs que:

A Geografia é a disciplina que estuda as modificações e transformações do espaço geográfico, os alunos através dos conteúdos dessa ciência podem ter um norteamento do ser cidadão e do exercício da cidadania, principalmente pelos conteúdos relacionados às desigualdades sociais, as relações de trabalho, à política, à economia, à cultura, entre outros, sendo temáticas presentes no cotidiano do aluno.

A professora 02 afirmou que:

A Geografia é de extrema importância para o aluno enquanto cidadão, uma vez que, esta oferece conhecimentos globais do ramo da política, da cultura e das relações sociais, o que dá suporte para os indivíduos participarem dos debates que envolvem o bem estar social.

A professora 03 colaborou dizendo que:

A Geografia por estudar o espaço construído e transformado pela sociedade ajuda na formação de uma visão crítica das relações que se estabelecem neste espaço, e assim fornece ferramentas que auxiliam para que o aluno enquanto cidadão possa atuar neste espaço de forma a transformá-lo em prol do bem comum.

Quanto ao questionamento de como o ensino de Geografia pode contribuir na formação do aluno enquanto cidadão, a professora 01 respondeu:

Com certeza, pois a Geografia vem assumindo um papel bastante significativo na formação destes jovens e adultos, estimulando cada vez mais a busca por informação e compreensão, permitindo assim, torná-los seres pensantes, participativos, críticos e reflexivos, ou seja, um cidadão capaz de exercer seus direitos e deveres sociais.

Nessa fala observamos a importância do ensino da disciplina de Geografia na modalidade de ensino da EJA, observando as contribuições dos conteúdos dessa disciplina nas ações e práticas cidadinas desses alunos.

A professora 02 afirmou que:

O conhecimento geográfico é de suma importância para o cidadão, procurando enfatizá-lo como necessidade diária, pois acredita que o indivíduo sofre a influência do meio em que vive e pode transformá-lo enquanto cidadão. Uma colocação bastante plausível, por considerar que o ensino de Geografia está diretamente relacionado com as vivências de cada sujeito, sendo importante considerar o seu espaço vivido.

A professora 03 também contribui relatando que “a Geografia estuda o espaço e suas transformações como um todo, acreditando que o ensino dessa disciplina auxilia na construção do cidadão como um ser crítico e atuante no meio em que vive”.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que na fala das três professoras o ensino de Geografia na modalidade da Educação de Jovens e Adultos é uma disciplina indispensável para a formação de um cidadão crítico, reflexivo e atuante na sociedade, sendo sabedor de seus direitos e deveres enquanto sujeito social.

Assim como afirma Antunes (2012, p. 33):

A Geografia para alunos jovens e adultos tem como meta essencial contribuir para a formação integral do educando, ajudando-o a refletir, observar, compreender e interpretar o espaço geográfico, que é um produto histórico e que revela a interação entre o ambiente e as práticas sociais das pessoas que nele convivem.

Nesse sentido, a sala de aula é o local que possibilita o aprendizado e a apreensão das reflexões acerca da cidadania e da formação do cidadão. Segundo Santos (2007, p. 19) a “cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitando contra força, em qualquer circunstância”.

Assim, para Cavalcanti (2008), o cidadão é o sujeito que consegue exercer a sua cidadania, percebendo que:

Cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade (BENEVIDES (1998, p. 170) *apud* CAVALCANTI (2008, p. 85).

O ambiente escolar é local do encontro de culturas e de experiências diferenciadas que contribuem para o processo de ensino e aprendizado e da formação do sujeito, onde Carlos (2008, p. 8) afirma que:

A sala de aula ganha importância na formação do cidadão – que se realiza ou mesmo se concretiza na possibilidade de um trabalho criativo – que leve o aluno a pensar o mundo em que vive a partir de sua condição real de existência. O ato de conhecer transforma o indivíduo e sua condição no mundo, o que o transporta para novos modos de ver o mundo. [...] a geografia aparece como possibilidade de pensar o mundo real e a sociedade num mundo fragmentado apesar de global.

Nessa perspectiva, todo o ambiente escolar é responsável pela formação do aluno. Na educação de jovens e adultos, somente os professores e a sala de aula não conseguem abarcar as experiências já vivenciadas por esses sujeitos, sendo de grande importância todo o ambiente escolar está empenhado na formação desses sujeitos, como afirma Cavalcanti (2011, p. 82 e 83):

A escola, e não só os professores em sala de aula, deve ser responsável pelo envolvimento dos seus alunos em seu próprio processo de aprendizagem, de formação intelectual, social e afetiva. A escola tem um papel importante como espaço do debate dos problemas educacionais vivenciados no país e na própria comunidade onde se situa, e deve também ser responsável pelo exercício da cidadania crítica, criativa e participativa. Para isso, deve se pautar por uma relação respeitosa entre as pessoas, por uma abertura ao diálogo, ao debate, à diversidade, à criatividade das pessoas que ali vivem.

Nesse sentido, a disciplina de Geografia tem grande contribuição para a formação do aluno enquanto cidadão conhecedor de seus direitos e deveres perante a sociedade, uma vez que, o principal objeto de estudo dessa disciplina é o espaço geográfico, no qual o educando está em constante atuação. Assim, na sala de aula o espaço cotidiano do aluno não pode ser visto apenas como algo abstrato ou apenas um discurso, mas como o seu lugar, o espaço vivido, aproximando cada vez mais o aluno da sua própria realidade.

Em relação às metodologias de ensino utilizadas pelas docentes para trabalhar os conteúdos de Geografia em sala de aula, a professora 01 colocou que: “as metodologias atualmente usadas para a EJA tem que ser inovadoras, propondo ao alunado que ele seja sujeito de seu próprio desenvolvimento”. Nesse sentido, esta professora, na medida do possível, procura diversificar suas aulas, com aulas expositivas e discursivas com a utilização de data-show, seminários, dramatização, poemas, paródias, vídeo-aulas, pesquisas, leituras de textos complementares, interpretação e leituras de mapas, exercícios com questões de vestibulares e do ENEM, entre outras.

A professora 02 mencionou que “são diversas as metodologias que utiliza, destacando os vídeos temáticos, as músicas, seminários, teatro que segundo ela é uma forma de leitura do conteúdo mais prazerosa”. A professora 03 citou que utiliza recursos como os livros didáticos oferecidos pela instituição, e reportagens, filmes e debates acerca do conteúdo abordado.

É importante ressaltar que as professoras não se baseiam apenas nos livros didáticos para ministrarem suas aulas, buscando sempre novos meios de trabalhar os conteúdos de forma que o aluno reconheça a sua relevância, percebendo a deficiência do livro didático, como afirma Almeida (1991, p. 84):

A geografia encontrada na maioria dos livros didáticos e que é ensinada, geralmente, nas escolas apresenta uma análise descritiva – ou apenas uma descrição – do que se vê hoje no mundo. [...] nessa abordagem os fenômenos aparecem como ocorrências parceladas, desvinculadas do todo, sem conexão com o processo social no qual estão inseridos. Tanto a natureza quanto a sociedade são vistas como ocupantes de um espaço herdado cuja organização foi predeterminada por forças externas e alheias a sua dinâmica atual [...].

Atualmente novas metodologias de ensino devem ser inseridas no ambiente escolar com o objetivo de dinamizar as aulas de Geografia e tornar os conteúdos mais interessantes

para os alunos. Segundo Lopes (2005) a problematização dos conteúdos é uma ferramenta muito importante para despertar a curiosidade do aluno, levando o mesmo a uma percepção crítica da sua realidade, esse é o principal foco do desenvolvimento da aula expositiva dialogada, eliminando a simples memorização dos conteúdos e ainda o verbalismo por parte do professor.

O estudo de texto também é uma técnica pedagógica que de acordo com Azambuja e Souza (2005) pode ser utilizada nas aulas como um ato produtivo de interpretação e reflexão da realidade do aluno, permitindo que o mesmo desenvolva habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento e interferência dos conteúdos abordados em sala, onde os alunos exteriorizem suas próprias produções pela interpretação adquirida com o estudo de texto.

Tonini (2011) contribui com o ensino de geografia a partir de atividades que remetem à cultura visual, como a utilização de informações apresentadas na mídia, que de certa forma está presente em todos os momentos de nosso cotidiano, onde frequentemente as aulas são interrompidas por comentários relacionados à novelas, futebol, filmes, seriados, telejornais, entre outros. Esses recursos podem ser direcionados nas práticas escolares como ações pedagógicas que visem aproximar os conteúdos das experiências culturais do indivíduo, gerando novos alfabetismos geográficos pelas diferentes combinações de textos e modos de comunicação, sejam eles linguísticos, visuais ou auditivos.

Nesse cenário, podemos verificar que mesmo diante das dificuldades em se trabalhar os conteúdos de Geografia, as professoras não se acomodam, mas procuram meios para a realização de suas aulas, com o intuito de torná-las mais interessantes para os alunos. Dessa forma Antunes (2012, p. 54) afirma:

[...]. É por essa razão que um professor para alunos jovens e adultos apresenta competências diferentes das necessárias ao professor que ensina no Ensino Fundamental, pois seu público possui uma história de vida e enfrenta desafios profissionais e interpessoais diferentes dos que revelam crianças e adolescentes. Não se trata de se apresentar Geografia para uns e uma Geografia para outros, mas de adaptar os fundamentos de uma mesma ciência a realidade essencialmente diferentes.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino diferenciada por atender um público diferenciado, aqueles sujeitos que não tiveram a oportunidade de em tempo adequado finalizar o seu ciclo escolar da educação básica. Dessa forma, as três professoras afirmaram que o ensino de Geografia na educação de jovens e adultos deve ser diferenciado das outras modalidades de ensino sim, principalmente porque o público alvo e o perfil do alunado são diferentes do ensino regular, pois são indivíduos que pararam de estudar há algum tempo, mas trazem consigo conhecimentos de vivências e de mundo que devem ser

aproveitados em sala, sendo necessário relacionar e aproximar o cotidiano do aluno com os conteúdos trabalhados em sala.

Dentro dessa perspectiva, todas as docentes concordaram que as experiências diárias dos alunos da EJA devem ser consideradas ao longo o seu processo de ensino e aprendizagem, pois as vivências, de acordo com as professoras 01, 02 e 03 são o norte para a compreensão e valorização dos conteúdos trabalhados em sala, proporcionando maior entendimento do meio em que vive, fazendo uma ponte entre teoria e prática, demonstrando para os alunos o estudo de Geografia e seus conceitos.

Nos dias atuais, os alunos estão constantemente em contato com as tecnologias, mesmo que alguns não as possuam, estão diretamente ligados com estas por meio da Televisão, de folders, outdoors, celulares, computadores, entre outros, ferramentas que apresentam aos alunos os movimentos da sociedade atual, os padrões e valores dos diferentes grupos sociais, as linguagens e leituras do mundo (CAVALCANTI, 2012).

Nesse cenário, o ensino de Geografia torna-se muito desinteressante para o aluno se não for trabalhado em continuidade com a realidade que o cerca, formulando os conceitos a partir de suas experiências vividas. Assim, observa-se que é difícil trabalhar o ensino de Geografia sem o uso desse artefato, visto que os conteúdos dessa disciplina podem ser relacionados com o cotidiano dos alunos, e dessa forma problematizar “o conteúdo escolar a partir de outras linguagens e de outras formas de expressão” (CAVALCANTI, 2002, p. 83).

Quanto à importância dos conteúdos de Geografia para o ensino da EJA, as professoras colocaram que são bastante relevantes, contribuindo para uma educação melhor e inovadora e de interação geográfica entre o sujeito e o meio, destacando a fala da professora 03: “os alunos que estudam os conteúdos abordados na disciplina de Geografia conseguem ter uma visão ampla do espaço e das modificações, tanto natural como social, que são impressas no espaço geográfico”.

Para Antunes (2012, p. 53):

“Conhecer” conteúdos geográficos para um aluno adulto vale bem menos que descobrir meios para **“acessar informações”** e **“utilizar o que sabe no mundo de suas relações interpessoais e no ambiente de seu trabalho”** somente tem sentido para transformar as novas informações recebidas, contextualizando-as ao seu viver. Não se pretende formar um aluno que “saiba uma porção de coisas”, mesmo porque os conhecimentos verdadeiramente úteis modificam-se a cada instante e dessa forma uma memória sobrecarregada de informações pode ser interessante para “exibir erudição”, jamais para saber viver. Deseja-se, isto sim, um adulto que descubra a Geografia como “ferramenta essencial” de sua maneira de “pensar o mundo” e de sua forma de “compreender suas transformações” (grifos do autor).

Quanto trabalhar a disciplina de Geografia como algo interessante para o aluno houve respostas distintas e complementares. A professora 01 colocou que:

É preciso trabalhar os conteúdos de forma dinamizada e atrativa, mostrando para os discentes que os mesmos precisam compreender o espaço geográfico de forma crítica, e a Geografia permite esse conhecimento da sociedade e dos conflitos demandados pelos diferentes grupos de sujeitos sociais.

A professora 02 afirmou que “em primeiro lugar o professor deve gostar, entender e dinamizar a disciplina, e conseqüentemente os alunos irão perceber melhor a singularidade do ensino de Geografia”. A professora 03 respondeu que “deve-se mostrar para o aluno o caráter interdisciplinar da disciplina de Geografia, relacionando os conteúdos com as experiências diárias dos alunos, com as demais disciplinas e com o mundo como um todo”.

Diante das dificuldades encontradas para trabalhar os conteúdos de Geografia na EJA, a professora 01 mencionou que “às vezes é a falta de recursos didáticos que a escola não disponibiliza, como um simples mapa atualizado, abordando diferentes temáticas, seja ela política, econômica, social ou cultural”. A professora 02 afirmou que “a leitura é a maior dificuldade que ela já encontrou ao trabalhar na modalidade de jovens e adultos, e isso não é uma problemática apenas da Geografia, mas de outras disciplinas também”. A professora 03 respondeu que:

A evasão escolar é um grande empecilho, sendo decorrente das singularidades que cada família está submetida, além do baixo nível de aprendizagem devido aos longos períodos sem estudo, a falta de uma base escolar de qualidade e o tempo muito reduzido para desempenhar ou produzir atividades escolares também é muito agravante.

Através das entrevistas observou-se que ministrar a disciplina de Geografia para jovens e adultos não é tarefa fácil, principalmente pela particularidade dessa modalidade de ensino. Entretanto, verificou-se que a abordagem dos conteúdos dessa disciplina são fundamentais para o entendimento do aluno enquanto sujeito crítico e atuante no ambiente em que vive.

Nesse cenário, observa-se que o ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos constitui-se em um grande desafio para toda a comunidade escolar, assim como a modalidade de ensino regular. O processo de ensino-aprendizagem não está somente no professor ou no aluno, mas em todos os indivíduos que participam dessa construção de saberes.

Na EJA vários desafios precisam ser rompidos, principalmente devidos às singularidades que esta modalidade de ensino apresenta como foi discutido ao longo desse trabalho. Dessa forma, a Geografia é uma importante ferramenta que contribui para a

formação dos alunos da EJA enquanto cidadãos, especialmente por seus conteúdos proporcionarem a reflexão, a interpretação, a observação e a compreensão do espaço geográfico a partir de suas vivências, de seu cotidiano, de suas experiências vividas, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos pensantes e críticos na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar entender como a educação pode envolver, transformar, modificar a vida das pessoas é um grande desafio, principalmente quando tratamos de sujeitos que por motivos diversos não tiveram a oportunidade de concluírem seus estudos na idade adequada.

A educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental para a sociedade, pois oportuniza aos jovens e adultos o direito de retornarem a escola e recuperarem o tempo perdido.

A educação é um direito de todos, garantida pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre outros documentos. Nesse sentido, a modalidade de ensino para jovens e adultos também é uma garantia de direito dos cidadãos que não conseguiram finalizar o seu ciclo escolar em tempo apropriado.

Através desta pesquisa, observou-se que desde a década de 1940 a preocupação com as altas taxas de analfabetos levou o Governo Federal a pensar políticas e programas educacionais que possibilitasse a alfabetização de jovens e adultos que não concluíram seus estudos em tempo regular.

No decorrer do trabalho, buscamos ressaltar a importância do ensino de Geografia na formação dos alunos da EJA enquanto cidadãos críticos, ativos e integrantes do espaço em que vivem, percebendo os seus direitos e deveres, bem como a possibilidade de formalizar e refutar as leis, dialogando com as diversidades de cultura, valores e ações da sociedade. Ou seja, como essa ciência pode influenciar esses sujeitos a usufruírem de seus direitos e deveres perante a sociedade.

Verificou-se que ensinar Geografia não é tarefa fácil, pois ainda há muitas dificuldades a serem superadas, sendo uma delas a desmistificação dessa disciplina como enfadonha, cansativa e bestial, onde o aluno possa compreender que a Geografia está no seu cotidiano e ela é uma ferramenta fundamental para entender a realidade que vivenciam. No entanto, verificou-se que, um dos grandes desafios do ensino de Geografia e dos profissionais da área é o de superar essa visão dos alunos, de que os conteúdos de Geografia não são interessantes, fazendo com que os mesmos entendam que essa disciplina está no seu cotidiano e é uma ferramenta fundamental para compreensão das relações estabelecidas no mundo.

A Geografia é uma disciplina que têm um papel muito importante para a formação crítica dos alunos, principalmente por ser uma ciência dinâmica e que está em constante movimento, permitindo ao aluno o conhecimento dos aspectos naturais e sociais do espaço geográfico, bem como as relações dos diferentes grupos sociais que organizam e reorganizam

esse espaço, ou seja, a Geografia permite que aluno realize uma observação crítica da realidade em que vive. Para tal, os docentes dessa disciplina devem trabalhar os conteúdos considerando as particularidades da Educação de Jovens e Adultos.

O ensino de Geografia pode instrumentalizar o aluno a observar e a compreender o contexto econômico e social do meio em que vive, contribuindo para atuação de um cidadão que reconheça a necessidade se manifestar na sociedade como sujeito consciente e sabedor de seus direitos civis, políticos e sociais.

Através do resultado dos questionários aplicados aos professores da Escola Profª Tereza Donato de Araújo, foi possível observar que os mesmos são conhecedores do seu papel enquanto mediador do conhecimento e da importância da disciplina de Geografia para a formação do aluno enquanto cidadão atuante e integrante da sociedade em que vivem.

Pôde-se observar através das entrevistas com as professoras que os conteúdos da disciplina de Geografia permitem aos alunos perceberem o meio em que vivem de forma mais crítica e analítica, especialmente por esta disciplina trabalhar a organização do espaço geográfico e o contexto social, político e econômico em escala local, regional e mundial.

Também foi possível perceber que no decorrer da apresentação dos conteúdos de Geografia em sala de aula, as experiências dos alunos devem ser consideradas, uma vez que, são conhecimentos que foram adquiridos ao longo de suas vivências durante o período em que estiveram longe da escola.

É preciso considerar os conhecimentos que os alunos trazem consigo, uma vez que, são experiências vividas e não podem ser desconsideradas, podendo contribuir para o maior entendimento do espaço em que habitam, sendo uma forma de aproximar os conteúdos ministrados em sala com a realidade do aluno, tornando a disciplina mais interessante e apreciável.

Nesse sentido, observou-se que um dos grandes problemas nesta modalidade de ensino é a grande evasão escolar, e um dos fatores que contribuem para essa problemática é a concepção pedagógica de suplência que ainda permanece na maioria das escolas, ou seja, a visão de que o ensino na EJA é apenas uma forma de suprir a falta do conhecimento básico dos alunos, privando os mesmos de avançarem novos rumos e traçarem novos caminhos e perspectivas de vida.

No decorrer da elaboração desse trabalho, verificou-se que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino diferenciada, tendo esta, suas particularidades e singularidades que precisam ser respeitadas para que o processo de ensino-aprendizagem tenha êxito.

Dessa forma, considerar a realidade do aluno é uma forma de conseguir promover a motivação necessária à aprendizagem dos discentes, pois considerar as experiências diárias é valorizar os aprendizados e saberes resultantes da sua história de vida, onde os mesmos podem contribuir e dialogar com os conteúdos ministrados em sala de forma crítica.

Nesse contexto, a prática dos conteúdos de Geografia contempla a formação do sujeito como cidadão a medida que permite ao aluno uma melhor compreensão das relações sociais estabelecidas no espaço pelos diferentes agentes sociais que criam e organizam seu bairro, sua cidade, sua região, seu país.

Nessa perspectiva, a Geografia é uma importante ferramenta para a formação do aluno enquanto cidadão e sujeito capaz a exercer sua cidadania, sendo conhecedor de seus direitos e deveres. O ensino de Geografia permite o entendimento do mundo a partir de um olhar interpretativo do lugar, do território, do espaço geográfico, relacionando as dinâmicas e os fenômenos que ocorrem em diferentes escalas. Dessa forma, o aluno passa a visualizar o mundo ao seu redor de forma mais crítica.

Assim, foi possível observar que a disciplina de Geografia tem um papel fundamental na construção e formação dos alunos da EJA enquanto sujeitos críticos e cidadãos cientes de seus deveres e direitos na sociedade, principalmente por ser uma disciplina que está constantemente presente no cotidiano do aluno, levando-os a refletirem sobre as diferentes formas de organização e apropriação do espaço geográfico pelos grupos sociais que criam, recriam, modelam e configuram esse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia. In: **Revista Terra Livre-AGB**. São Paulo. Nº 8, 1991. p. 83-90.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas. SP : Pappirus, 1993, 2ª edição.

ANTUNES, Celso. **A geografia para a Educação de Jovens e Adultos**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

AZUMBUJA, J. Q; SOUZA, M. L. O estudo de texto como técnica de ensino *et al.* **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas/SP: Pappirus, 2005, p. 49-65.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação do Pará – CEE/PA. Resolução Nº 001 de 05 de janeiro de 2010. Em consonância com o disposto no Art. 211 da Constituição Federal e Arts. 8º a 10º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e de acordo com Reuniões Plenárias realizadas em 15 e 17/12/2009 com a provação do Anteprojeto de Resolução 003/2009 CEE/PA. Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Proposta curricular de geografia para a Educação de Jovens e Adultos** (segundo segmento). Vol. 02. 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol2_geografia.pdf Acesso em 07 de outubro de 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 de março de 2013.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia** (3º e 4º Ciclos). Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV**. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **PARECER nº 699/71**. Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

_____. **Parecer 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

CALLAI, H. C. A geografia e escola: muda a geografia? Muda o ensino? In: **Revista Terra Livre – AGB**. São Paulo, nº 16, 2001.

CALLAI, Helena Copetti. O Ensino de Geografia: Recortes Espaciais para Análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. –

5. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2010. p. 57-63.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **A geografia na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008, 2ª reimpressão.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras letras** : alfabetização de jovens e adultos em espaços populares / Marlene Carvalho. – 1. Ed. – São Paulo : Ática, 2010.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Histórico, Função Social e Formação do Educador da EJA. In: SANTOS, S. M. dos, OLIVEIRA, M. V. de. **EJA na diversidade** : letramento acadêmico cultural. – Uberlândia : EDUFU, 2013, p. 27-48.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos... *et al.* Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. – 5. ed. – Porto Alegre: editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2010.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: alternativa, 2002. p. 71-100.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade** : Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana/Lana de Souza Cavalcanti. – Campinas. SP: Papirus, 2008. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

COSTA, A. C. M. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: novos programas, velhos problemas. In: Cadernos de Pesquisa – Pensamento Educacional, vol. 4, nº8, jul-dez 2009, Universidade de Tuiuti.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Educ. Soc.** vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial, Campinas, out de 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92a18.pdf> acessado em 13 de novembro de 2014.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, M; ROMÃO, J. E (Orgs). **Educação de jovens e adultos** : teoria, prática e propostas. – 12. ed. – São Paulo : Cortez, 2011. p. 35 – 47.

KAERCHER, Nestor André. A Geografia é o nosso dia-a-dia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* (Orgs.). **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. – 5. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2010. p. 11-21.

LOPES, O. A. A aula expositiva: superando o tradicional. In: FELTRAN, A. *et al.* **Técnicas de ensino**: por que não? Campinas/SP: Papirus, 2005. p. 35-48.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de geografia?** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Org.). – 9. ed. – São Paulo: Contexto: Contexto, 2005. – (repensando o ensino).

PAIVA, Vanilda. **História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com>, acesso em junho de 2014.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Estadual Prof^a Tereza Donato de Araújo, Secretaria Estadual de Educação - SEDUC. Marabá/PA, 2014.

REGO, Nelson. **Geografia** / Nelson Rego, Antônio Carlos Castrogiovanni, Nestor André Kaercher – Porto Alegre: Artmed, 2007,

REGO, Nelson *et al.* **Um pouco do mundo cabe nas mãos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

RESENDE, Haroldo de. Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos. In: SANTOS, S. M. dos, OLIVEIRA, M. V. de. **EJA na diversidade** : letramento acadêmico cultural. – Uberlândia : EDUFU, 2013, p. 75-95.

ROSSATO, Maria Suertegary; SILVA, Darkir Larara Machado da. Da cotidianidade do tempo meteorológico à compreensão de conceitos climatológicos. In: REGO, N; CASTROGIOVANNI, A. C; KAERCHER, N. A. **Geografia**. Porto Alegre : Artmed, 2007. p. 104-110.

SANTOS, Sônia Maria dos. **EJA na diversidade** : letramento acadêmico cultural / Sônia Maria dos Santos, Marília Vilela de Oliveira (Org). – Uberlândia : EDUFU, 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____, **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões** / Milton Santos; organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3).

SOEK, Ana Maria. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos**/ Ana Maria Soek, Sonia Maria Chaves Haracemiv, Tânia Stoltz (Org).- Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

SOEK, Ana Maria. **Mediação na educação de jovens e adultos** : ciências humanas / organizadora Ana Maria Soek ; autores Geyso D. Germinari, João Mendes, Pedro Paulo Chaves ... *et al.* – Curitiba ; Ed. Positivo, 2009. : il.

SOUSA, Manoel Alves de. História, cultura e cidadania. **Formação Continuada de Professores da Rede Pública**. História, fascículo 5. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste [s.d.].

SOUZA, Maria José Marques de; SILVA, Alexandre Ribeiro da; MAGALHÃES, Sandra Maria Fontenele. **A cidade e a cidadania no ensino de geografia**. Revista da casa de geografia de Sobral, Sobral, v. 6/7, n. 1, p. 51-59, 2004/2005.

STRAFORINI, Rafael. **O desafio da totalidade – mundo nas séries iniciais**. São Paulo, Annablume, 2004.

Site: www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html acesso em 10/03/2014.

SUZUKI, Júlio Cezar. Geografia. In: KUENZER, A. Z (Org). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. – 6. ed. – São Paulo : Cortez, 2009. p. 231-240.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico: Novas Trilhas para a Escola. In: VEIGA, I. P. A; FONSECA, M (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: Novos desafios para a escola.– Campinas, SP : Papyrus, 2011. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

TONINI, I. M. **Para pensar o ensino de geografia a partir de uma cultura visual**. REGO, N; CASTROGIOVANNI, A. C; KAERCHER, N. A. (Orgs). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 93-103.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS DE MARABÁ
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

I-IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 - Nome: _____

2 - Idade: _____

3 - Profissão _____

4 - Formação: Bacharelado ()

Licenciatura ()

Não tem formação ()

II – Por que você escolheu trabalhar a disciplina de Geografia?

III – Foi uma escolha sua trabalhar na Educação de Jovens e Adultos? Possui alguma formação específica para trabalhar na EJA?

IV - Qual a sua concepção de cidadania?

V - Qual a relação existente entre Geografia e cidadania?

VI – Em sua opinião de que forma o ensino de geografia pode contribuir na formação do aluno enquanto cidadão?

VII – Que metodologias você utiliza para trabalhar os conteúdos de Geografia em sala de aula?

VIII – Em sua opinião, o ensino de Geografia na modalidade EJA deve ser diferenciado em relação às demais modalidades de ensino? Por quê?

IX - As experiências diárias do aluno da EJA devem ser consideradas ao longo do seu processo de ensino e aprendizagem?

X – Em sua opinião qual a importância dos conteúdos de Geografia para o ensino da EJA?

XI – Como trabalhar o ensino de Geografia como algo interessante para o aluno?

XII – Quais as dificuldades você encontra para trabalhar os conteúdos de Geografia na EJA?